PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06/90 DE 12 DE Outubro DE 1.990.

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Primavera do Leste - Mato Grosso.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE
FAZ PUBLICAR A SEGUINTE RESOLUÇÃO:
A CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE RESOLVE:

CÂMARA MUNICIPAL PRIMAVERA DO LESTE
ESTADO DE MATO GROSSO
APROVADO
EM 30/11/90
VISTO

TÍTULO I
DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I
DA SEDE

Artigo 1º - A Câmara Municipal é o órgão Legislativo do Município compõe-se de vereadores eleitos nas condições e termos da legislação vigente, tem sua sede na Rua Paranatinga, nº 44 , nesta Cidade de Primavera do Leste - Mato Grosso.

Parágrafo Único - As sessões da Câmara, exceto as solenes e comemorativas que poderão ser realizadas em outro recinto, terão, obrigatoriamente, o local, a sua sede, considerando-se nulas as que se realizarem fora dela.

CAPÍTULO II
DAS FUNÇÕES

Artigo 2º - A Câmara tem funções legislativas e exerce atribuições de fiscalização externa, financeira e orçamentária, controle e assessoramento dos atos do Executivo, competindo-lhe, ainda, os atos de administração interna, obedecidas as disposições da Lei Orgânica do Município.

§ 1º - A função legislativa consiste em deliberar por meio de leis, decretos legislativos e resoluções sobre todas as matérias de competência do Município, respeitadas as reservas constitucionais do Estado e da União.

§ 2º - A função da fiscalização externa é a de caráter político-administrativo e se exerce sobre o Prefeito, Mesa do Legislativo, Vereadores e especialmente:

a)- apreciação das contas dos exercícios financeiros, apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara;

b)- acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município;

c)- julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores.

§ 3º - A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, mediante indicações.

§ 4º - A função administrativa é restrita à sua organização interna, a regulamentação e estruturação de seu funcionalismo e serviço.

CAPÍTULO III
DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

Artigo 3º - A Câmara Municipal reunir-se-á durante as sessões legislativas:

a)- Ordinárias, de ~~1º~~ 15 de fevereiro e ~~20~~ 15 de dezembro anualmente.
b)- Extraordinárias, quando com esse caráter, for convocada a Câmara Municipal.

Parágrafo único - Será considerado como de recesso legislativo, os períodos de ~~15~~ 16 de dezembro a ~~14~~ 14 de ~~Fevereiro~~ Fevereiro, e de 01 de JULHO à 31 de JULHO. ou os que vierem a ser fixados por legislação superior.

CAPÍTULO IV
DA INSTALAÇÃO E POSSE

Artigo 4º - A Câmara Municipal instalar-se-á no primeiro dia da legislatura, às 10:00 horas, em sessão Solene, independentemente de número, sob presidência do Vereador mais votado entre os presentes, que designará um de seus pares para Secretariar os trabalhos.

§ 1º - Os Vereadores presentes, regularmente diplomados, serão empossados após a leitura do compromisso pelo Presidente nos seguintes termos:
"PROMETO EXERCER COM DEDICAÇÃO E LEALDADE, O MEU MANDATO, RESPEITANDO A LEI E PROMOVENDO O BEM ESTAR DO MUNICÍPIO."

Ato contínuo, os demais Vereadores presentes dirão, de pé: **"ASSIM PROMETO."**

§ 2º - Após o ato de juramento, será encaminhada a votação para eleição da Mesa Diretora, para o 1º biênio, que tomará posse imediantamente.

§ 3º - O Presidente convidará, a seguir, o Prefeito e o Vice-Prefeito, eleitos e regularmente diplomados, a prestarem o compromisso a que se refere o parágrafo 1º, e os declará empossados.

Artigo 5º - A posse, a desincompatibilização e a apresentação de declarações de bens de Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, obecerão disposições da legislação superior.

Artigo 6º - O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, deverão presentar os seus diplomas à Secretaria Administrativa da Câmara até 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão de instalação e posse.

Artigo 7º - Tendo prestado o compromisso uma vez, fica o suplente de Vereador dispensado de fazê-lo novamente, em convocações subsequentes.

Artigo 8º - Na sessão Solene de instalação da Câmara, poderão fazer uso da palavra, pelo prazo máximo de 05 (cinco) minutos, um representante de cada Bancada, o Prefeito, o Vice-Prefeito e o Presidente da Câmara.

TÍTULO II
DOS VEREADORES

CAPÍTULO I
DO EXERCÍCIO DO MANDATO

SECÇÃO I
DOS DEVERES

Artigo 9º - O Vereador deve apresentar-se no edifício da Câmara à ora regimental para tomar parte nas sessões do Plenário, bem como à de reunião e Comissão de que seja membro, para participar dos respectivos trabalhos.

I - participar de todas as discussões e deliberações do Plená- io;

II - Votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;

III - apresentar proposições que visem ao interesse coletivo;

IV - concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões Permanentes;

V - usar da palavra em defesa ou em oposição às proposições resentadas à deliberação do Plenário;

VI - desincompatibilizar-se e fazer declaração pública de bens o ato da posse e no término do mandato, de acordo com a Lei Orgânica do Munici- io de Primavera do Leste;

VII - exercer as atribuições enumeradas no artigo anterior;

VIII - comparecer decentemente trajado às sessões, na hora pré- ixada;

IX - cumprir os deveres dos cargos para os quais for eleito ou esignado.

X - votar as proposições, submetidas à deliberação da Câmara, alvo quando ele próprio tenha interesse pessoal na mesma sob pena de nulidade a votação quando seu voto for decisivo;

XI - comportar-se em Plenário, com respeito, não conversando em om que pertube os trabalhos;

XII - obedecer as normas regimentais quanto ao uso da palavra;

XIII - residir no território do Município;

XIV - propor à câmara todas as medidas que julgar convenientes os interesses do Município e à segurança e bem estar dos Munícipes, bem com im- ugnar as que lhe pareçam contrárias ao interesse público;

XV - comunicar sua falta ou ausência quando tiver motivo justo ara deixar de comparecer às sessões Plenárias ou às reuniões de Comissão.

SECÇÃO II
DAS PROIBIÇÕES

Artigo 10º - O Vereador não poderá, desde a posse:

a)- firmar ou manter contrato com o Município, com suas entidades descentralizadas ou com pessoas que realizem serviços ou obras municipais, salvo quando o contrato obedecer as cláusulas uniformes;

b)- patrocinar causas contra o Município ou suas entidades des- centralizadas;

Parágrafo único - Não será, de qualquer modo, subvencionada viagem de Vereador ao exterior, salvo quando, a serviço do Município, houver designação pelo Prefeito e concessão de licença pela Câmara.

CAPÍTULO II
DOS SUBSÍDIOS

Artigo 11 - Os subsídios dos Vereadores serão fixados nos termos, limites e critérios estabelecidos na Lei Orgânica do Município de Primavera do Leste.

CAPÍTULO III
DO USO DA PALAVRA

SECÇÃO I
DOS ORADORES

Artigo 12 - Os debates deverão realizar-se com ordem e dignidade, cumprindo aos Vereadores atender às seguintes determinações regimentais:

a)- exceto o Presidente, deverão falar em pé, salvo quando enfermos, e solicitarem autorização para falarem sentados;

b)- não usarem da palavra, sem a solicitarem e sem receberem consentimento do Presidente;

c)- referirem-se ou dirigirem-se a outro Vereador pelo tratamento de "Senhor", "Excelência", "Nobre Colega" e "Nobre Vereador";

d)- ao usarem a palavra, os Vereadores deverão fazer uso do microfone;

e)- a não ser através de aparte, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver na Tribuna, exceto quando levantar a questão de ordem;

f)- se o Vereador pretender falar sem que tenha sido dada a palavra, ou permanecer na Tribuna além do tempo concedido, o Presidente adverti-lo-á;

g)- se, apesar da advertência referido no item anterior, o Vereador insistir em falar, o Presidente dará seu discurso por terminado e serão desligados os microfones;

h)- nenhum Vereador poderá referir-se aos seus pares e de um modo geral, a qualquer representante do Poder Público, de forma descortês ou injuriosa.

Artigo 13 - Durante a realização das sessões, o Vereador só poderá falar para:

I - versar assunto de sua livre escolha, durante o grande expediente quando regularmente inscrito;

II - para discutir matéria em debate quando regularmente inscrito, ou quando solicitar a palavra antes do encerramento da discussão;

III - para apartear na forma regimental;

IV - pelo ordem, para suscitar questão de ordem na observância e disposição regimental ou solicitar esclarecimento da Presidência sobre a ordem dos trabalhos;

V - para encaminhamento de votação, salvo nos casos de requerimentos de homenagem, de congratulações, de aplauso ou semelhante;

VI - para justificar seu voto, quando devidamente inscrito;

VII - para explicação pessoal, quando inscrito devidamente antes o término da Ordem do Dia;

VIII - para apresentar requerimentos verbais;

IX - durante o grande expediente, se líder, nos termos regimentais;

X - para interpelar Secretários Municipais, Prefeito ou outra autoridade convocada pela Câmara;

XI - para saudar visitantes, quando designado pelo Presidente;

XII - para homenagem, pesar, congratulações, aplauso ou semelhante, quando designado pelo Presidente por indicação das lideranças de Bancadas.

Artigo 14º - O Vereador que solicitar a palavra para falar sobre matéria em discussão, não poderá:

I - desviar-se da matéria em debate;

II - falar sobre matéria vencida, salvo em declaração de voto ou explicação pessoal.

Artigo 15º - O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

I - quando no Plenário não houver no mínimo 1/3 (um terço) de Vereadores presentes;

II - para apresentação de requerimento de urgência;

III - para comunicação importante à Câmara;

IV - para recepção de personalidade ilustre em visita à Câmara;

V - para votação de requerimento de prorrogação de horário de sessão;

VI - para atender a pedido da palavra "pela ordem" para suçitar questão de ordem regimental.

Parágrafo único: Será feita a compensação de tempo em favor do orador que se encontrar na Tribuna.

SECÇÃO II
DOS PRAZOS

Artigo 16º - Salvo disposição especial em contrário, o Vereador terá os seguintes prazos para o uso da palavra:

I - 1 (um) minuto para:
apartear.

II - 2 (dois) minutos para:
formular questões de ordem.

III - 5 (cinco) minutos para:
a)- apresentar retificação ou impugnação de ata;
b)- falar sobre redação final;
c)- encaminhamento de votação;

d)- justificativa de voto;
e)- falar sobre requerimentos sujeitos a discussão;
f)- homenagem;
g)- interpelar autoridades convocadas;
h)- justificar sobre emendas ou grupo de emendas apresentadas;
i)- os líderes de bancada para a declaração de natureza inadiável, durante o grande expediente;
j)- discutir recurso contra atos da Presidência.
l)- discutir moções;

IV - 10 (dez) minutos para:
a)- falar da Tribuna durante o grande expediente, em tema livre;
b)- falar em processos de cassação de mandatos de Vereador, Prefeito e Membros da Mesa, quando o orador não for relator, denunciando ou denunciante;
c)- falar sobre projeto em discussão.

V - 60 (sessenta) minutos para:
a)- o relator, denunciado ou denunciados, denunciante ou denunciantes, cada um, com apartes em processos de destituição em membros da Mesa;
b)- o denunciado ou para seu procurador, o denunciante, com apartes, em processo de cassação de mandato de Vereador e Prefeito.

CAPÍTULO IV
DAS FALTAS E DAS LICENÇAS

Artigo 17º - Será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às sessões Plenárias ou às reuniões das Comissões, salvo motivo justo.

§ 1º - as faltas às sessões poderão ser justificadas com antecedência e nos seguintes casos:

I - morte em família;

II - doença pessoal;

III - missão oficial da Câmara ou do Executivo.

Artigo 18º - Encontrando-se o Vereador impossibilitado física ou mentalmente, de subscrever requerimentos de lincença para tratamento de saúde, caberá ao Presidente da Câmara declará-lo licenciado, mediante comunicação escrita do Líder da Bancada devidamente instruída com atestado médica.

Artigo 19º - O Vereador somente poderá licenciar-se:

I - por moléstia, devidamente comprovada;

II - para desempenhar missões temporárias de caráter cultural, ou de interesse do município;

III - para tratar de interesses particulares por prazo determinado nunca infeirior a 120 (cento e vinte) dias, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da lincença.

Artigo 20º - é facultado ao Vereador licenciar-se ou prorrogar u tempo de licença, por meio de requerimento, nos termos da legislação vigen-

Parágrafo único - No caso de licença pelos motivos dos incisos I II, do artigo anterior, o Vereador poderá reassumir seu cargo qunado cessar a usa que objetivou a licença.

CAPÍTULO V
DAS SANÇÕES

Artigo 21º - Se qualquer Vereador cometer, dentro do recinto da nara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará seguintes providências conforme sua gravidade:

I - advertência pessoal;
II - advertência em Plenário;
III - cassação da palavra;
IV - determinação para retirar-se do Plenário;
V - proposta de sessão secreta para a Câmara discutir a respeito,a qual deverá ser aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;
VI - proposta de cassação do mandato, por infração ao disposto no art. 7 item II, do Decreto Lei Federal nº 201 de 27/05/67.

Parágrafo único - Para manter a ordem no recinto da Câmara, o esidente pode solicitar a força necessária.

CAPÍTULO VI
DAS VAGAS

Artigo 22º - As vagas da Câmara Municipal dar-se-ão:

I - por extinção do mandato; e
II - por cassação,

§ 1º - Compete ao Presidente da Câmara declarar a extinção do ndato, nos termos da legislação superior.

§ 2º - A cassação de mandato dar-se-á por deliberação do Plená-o, observada a forma estabelecida pela legislação superior pertinente.

SECÇÃO I
DA EXTINÇÃO DO MANDATO

Artigo 23º - A extinção do mandato do Vereador verificar-se-á ando ocorrer uma das situações a seguir enumeradas:

I - falecimento;

II - renúncia;

III - cassação de direitos políticos;

IV - condenação por crime funcional ou eleitoral;

V - deixar de tomar posse sem motivo justo aceito pela Câmara ntro do prazo de 30 (trinta) dias do início da legislatura, ou 15 (quinze) as da data da convocação;

VI - deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, a 3 rês) sessões ordinárias consecutivas, ou 3 (três) sessões extraordinárias con- cadas pelo Prefeito, salvo no recesso, para apreciação de matérias urgentes, e

VII - incidir nos impedimentos para o exercício do mandato e não desincompatibilizar até a posse, e nos casos supervenientes, no prazo de 15 quinze) dias da convocação.

§ 1º - Para os efeitos do inciso VI, se, durante o período de 3 rês) sessões ordinárias houver uma sessão solene convocada pelo Presidente da âmara e a ela comparecer o Vereador faltante, isso não elimina as faltas às essões ordinárias, nem interrompe sua contagem, ficando sujeito à extinção do andato se completar as 3 (três) sessões ordinárias consecutivas.

§ 2º - Do mesmo modo não anula as faltas anteriores, o compareci- ento do Vereador a uma sessão extraordinária, mesmo comprarecendo a esta, mas ão comparecendo às sessões ordinárias.

SECÇÃO II
DA CASSAÇÃO DO MANDATO

Artigo 24º - A Câmara poderá cassar o mandato do Vereador que:

I - utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupçÃo ou de improxbidade administrativa;

II - fixar residência fora do Município;

III - proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública;

Artigo 25º - O processo de cassação obedecerá às normas do Decre-lei nº 201/67.

Paragráfo Único - A perda do mandato torna-se efetiva a partir da blicação da resolução da cassação do mandato, expedida pelo Presidente da Câ-ra, quem deverá convocar, imediatamente, o respectivo suplente.

CAPÍTULO VII
DA CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE

Artigo 26º - Dar-se-á a convocação do suplente nos casos de vaga, stamento do exercício do mandato para o desempenho das funções de Secretário icipal, licenças de 120 (cento e vinte) dias e impedimentos.

§ 1º - O Vereador suplente, para licenciar-se, precisará, antes, sumir e estar no exercício do cargo.

§ 2º - Na falta de suplente, o Presidente fará a devida comunica-o à Justiça Eleitoral, dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

TÍTULO III
DA MESA

CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO

Artigo 27º - A Mesa da Câmara Municipal, com o mandato de 2 ois) anos consecutivos, compor-se-á do Presidente, Primeiro e Segundo Secretá-os.

§ 1º - Para suprir a falta ou impedimento do Presidente, haverá Vice-Presidente, eleito juntamente com os membros da Mesa.

§ 2º - Os Secretários substituir-se-ão, conforme a numeração or-inal, e nesta ordem, substituirão o Presidente, na falta do Vice-Presidente

§ 3º - Ausentes em Plenário, os Secretários, o Presidente convi-ará qualquer Vereador para substituição em caráter eventual.

§ 4º - Não se achando presentes o Presidente e seus substitutos egais, em qualquer fase da sessão, assumirá a Presidência, o Vereador mais ido-o que comporá a Mesa e dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum ti-ular ou de seus substitutos legais.

Artigo 28º - As funções dos membros da Mesa cessarão:

a)- pela posse da Mesa eleita para o mandato subsequente;
b)- pela renuncia, apresentada por escrito;
c)- pela destituição;
d)- pela perda ou extinção do mandato do Vereador;
e)- pela morte;
f)- pelo término do mandato.

Artigo 29º - Dos membros da Mesa em exercício, apenas o Presidente não poderá fazer parte de Comissões Permanentes.

Artigo 30º - Os membros eleitos da Mesa assinarão o respectivo termo de posse.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES

SECÇÃO I
DA MESA DIRETORA

Artigo 31º - Além das atribuições previstas na Lei Orgânica do Município de Primavera do Leste, à Mesa Diretora compete:

I - sob a orientação da Presidência, dirigir os trabalhos em plenário;

II - propor projetos de decretos legislativos dispondo sobre:

a)- licença do Prefeito e Vice-Prefeito para afastamento do cargo;

b)- autorização para o Prefeito, por necessidade de serviço, ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias;

c)- criação de Comissões Especiais de Inquérito na forma prevista neste Regimento.

III - propor projetos de lei que criem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

IV - propor projetos de resolução dispondo sobre:

a)- licença aos Vereadores para afastamento do cargo;

b)- criação de Comissões Especiais de Inquérito, na forma previsneste Regimento;

V - assinar os autógrafos das leis destinadas à sanção e promulgação pelo Chefe do Executivo;

VI - opinar sobre as reformas do Regimento Interno;

VII - convocar sessões extraordinárias e solenes;

VIII - aprovar a política interna da Câmara, permitir ou não, que sejam irradiados, gravados, filmados ou televisionados os trabalhos da Câmara;

IX - apresentar projetos que dizem respeito à economia interna da Casa e de seu funcionalismo;

X - elaborar, anualmente, o relatório dos trabalhos da Câmara, que será lido na última sessão ordinária do ano;

XI - nomear, exonerar, promover comissionar, demitir, remover, transferir, conceder gratificação, aposentadoria, licenças, substituições, pôr em disponibilidade, abrir inquérito administrativo e punir funcionários ou servidores da Secretaria da Câmara Municipal, nos termos da lei.

§ 1º - O disposto do item XI do presente artigo, aplicar-se-á também quando se tratar de comissionamento na Câmara, de funcionários ou servidores permanentes de qualquer órgão.

§ 2º - Ao Presidente da Câmara caberá nomear ou demitir, por sua livre iniciativa, os elementos que irão ocupar em Comissão, os cargos integrantes de seu Gabinete.

SECÇÃO II
DO PRESIDENTE

Artigo 32º - O Presidente é o representante legal da Câmara e nas las relações externas, cabendo-lhe as funções, administrativas e diretivas de das as atividades internas, competindo-lhe privativamente, além das atribui- es previstas pela Lei Orgânica do Municipio de Primavera do Leste, as seguin- s:

I - Zelar pelo respeito às prerrogativas e honorabilidade da mara Municipal e dos Vereadores;

II - convocar e presidir as sessões da Câmara Municipal;

III - designar a Ordem do Dia das sessões e retirar matéria da uta para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão e para sanar fa- as da inscrição;

IV - trazer ao Plenário a qualquer momento, comunicação de in- resse público, a Câmara e do Município;

V - assinar autógrafos, juntamente com o Primeiro Secretário, signado para esse fim, substitutos, na ausência dos titulares, em casos de ur- ncia;

VI - fazer observar, na sessão, as disposições regimentais;

VII - assinar títulos e concessões honoríficos juntamente com o imeiro Secretário;

VIII - impugar as proposições que pareçam contrárias à Lei Orgâ- ca ou anti-regimentais, ressalvando ao autor, recurso para o Plenário, que de- dirá após audiência da Comissão de Justiça e Redação;

IX - determinar por requerimento do autor, a retirada de propo- ção que ainda não tenha parecer de Comissão, ou em havendo, lhe for contrária;

X - não aceitar substitutivo ou emenda que não sejam pertinen- s à proposição inicial;

XI - determinar o destino do expediente lido, de ofício ou em mprimento de resolução e distribuir as matérias às Comissões;

XII - declarar prejudicada a proposição, em face da rejeição de tra com o mesmo objetivo;

XIII - decidir as questões de ordem;

XIV - orientar as discussões e fixar os pontos sobre que devem rsar, podendo, quando conveniente, dividir as proposições para fins de vota- ão;

XV - zelar pelos prazos dos processos legislaivos bem como dos oncedidos às Comissões e ao Prefeito;

XVI - nomear os membros das Comissões Especiais criadas por de- iberação da Câmara e designar-lhes substitutos por indicação dos líderes;

XVII - desempatar as votações;

XVIII- proclamar os resultados das votações;

XIX - despachar os requerimentos verbais e escritos nos termos este Regimento;

XX - fazer reiterar pedidos de informações;

XXI - promulgar as resoluções, decretos legislativos e leis uando por o caso;

XXII - resolver, ouvido o Plenário, qualquer caso não previsto este Regimento;

XXIII- promover a publicação de resumo dos trabalhos e atos da Câmara;

XXIV - presidir às reuniões da Mesa, dos Presidentes de Comissões dos Líderes;

XXV - ordenar as despesas de administração da Câmara nos limites gais.

Artigo 33º - O Presidente só se dirigirá ao Plenário da cadeira esidencial, não lhe sendo lícito dialogar com os Vereadores nem os apartear.

Parágrafo único - O Presidente deixará a cadeira presidencial, mpre que, como Vereador, quiser participar ativamente dos trabalhos da sessão.

Artigo 34º - O Presidente só terá voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir " quorum " de 2/3 (dois terços) de maioria absoluta;

III - quando houver empate em votação no Plenário.

§ 1º - A presença do Presidente será sempre considerada para eito de " quorum ".

§ 2º - Aplicar-se-á o princípio deste artigo, ao Vereador que stituir o Presidente.

SECÇÃO III
DO VICE-PRESIDENTE

Artigo 35º - Para suprir a falta ou impedimento do Presidente em nário, haverá o Vice-Presidente, eleito, juntamente com os membros da Mesa.

§ 1º - Ao Vice-Presidente, compete substituir o Presidente ficando investido na plenitude das respctivas funções, lavrando-se o termo de posse, so ocorra a licença ou impedimento, a renúncia ou a morte do Presidente.

§ 2º - No caso de renúncia ou morte, o Vice-Presidente assumirá funções na plenitude das respectivas funções de Presidente para completar o ndato.

§ 3º - Para preenchimento do cargo vago, ocorrido de conformidade o disposto no § 2º deste artigo, o Presidente procederá a eleição na segunda ssão ordinária subsequente.

§ 4º - No caso de destituição de qualquer membro da Mesa, não se lica o disposto no presente artigo, devendo-se convocar, nos termos deste Reimento e no prazo de 15 (quinze) dias, eleição para preenchimento do cargo go.

SECÇÃO IV
DOS SECRETÁRIOS

Artigo 36º - Ao Primeiro Secretário, compete:

I - constatar a presença dos Vereadores ao abrir-se a sessão, notando no livro de presença os que compareceram e os que faltaram com a causa ustificada, ou não, e consignar outras ocorrências sobre o assunto, assim como ncerrar o referido livro ao final da sessão;

II - fazer a chamada dos Vereadores nas sessões determinadas elo Presidente, ler a ata, o expediente, bem como as proprosições e demais paéis que devam ser de conhecimento do Plenário;

III - redigir e transcrever as atas das sessões secretas;

IV - assinar com o Presidente os atos da Mesa, os autógrafos de eis, as resoluções e decretos legislativos bem como títulos e concessões hono- íficas;

V - auxiliar a Presidência na inspeção dos serviços da Secre- aria e na observância deste Regimento.

Artigo 37º - ao Segundo Secretário, compete:

I - substituir o Primeiro Secretário nas suas ausências, li- enças e impedimentos, sucedendo-o na vacância do cargo;

II - controle das inscrições dos oradores e do tempo de cada rador ou aparteamento;

III - assinar com o Presidente e substituindo o Primeiro Secre- ário os atos da Mesa, os autógrafos de leis, as resoluções e decretos legisla- ivos, bem como títulos e demais concessões honoríficos;

IV - auxiliar o Presidente e o Primeiro Secretário no desempe- ho das atribuições, quando das sessões Plenárias.

CAPÍTULO III
DA ELEIÇÃO

Artigo 38º - ~~A Mesa da Câmara Municipal será eleita, sempre no~~ á, obrigatoriamente, A eleição para renovação da Mesa realizar-se- ~~eneiro dia da sessão legislativa correspondente, considerando-se automatica- empossando os eleitos em 1º de janeiro~~ ~~mente empossados os eleitos~~, exceto no primeiro dia da legislatura, cuja eleição processará após a respectiva posse dos Vereadores, respeitada aquela data.

§ 1º - A votação será pública e nominal, mediante cédulas impres- s, mimeografadas, manuscritas ou datilografadas, com a indicação dos nomes dos ndidatos e repectivos cargos, cujas cédulas serão assinaladas pelos votantes e tregues à Mesa.

§ 2º - A eleição da Mesa será feita por maioria simples de votos, esentes, pelo menos, a maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3º - O Presidente em exercício, designará dois Vereadores para ompanharem, como escrultinadores, os trabalhos de votação e apuração, após o e proclamará e dará posse aos mesmos.

§ 4º - É proibida a reeleição de qualquer dos membros da Mesa pa- o mesmo cargo.

Artigo 39º - Na hipótese de não se realizar a sessão ou a elei- o, por falta de número legal, quando do início da legislatura, o Vereador mais tado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diá- as, até que seja eleita a Mesa.

Parágrafo Único - Na eleição da Mesa, para o segundo biênio da gislatura, ocorrendo a hipótese a que se refere este Artigo, caberá, ao Presi- nte ou seu substituto legal, cujos mandatos findam, a convocação de sessões árias.

Artigo 40º - Na hipótese de ocorrer empate, será considerado eito, o Vereador mais idoso, desde que apenas dois tenham disputado.

Parágrafo Único - Caso haja mais de dois disputantes, será reali- do o segundo escrutínio com a participação de apenas os que obtiveram o mesmo mero de votos em primeiro escrutínio, prevalecendo o empate, aplicar-se-á o sposto no presente Artigo.

CAPÍTULO IV
DA RENÚNCIA E DA DESTITUIÇÃO DA MESA

Artigo 41º - A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa, do Vice-Presidente, dar-se-á por ofício a ela dirigida e se efetivará, independentemente de deliberação do Plenário, a partir do momento em que for lido em sessão.

Parágrafo único - Em caso de renúncia total da Mesa e do Vice-Presidente, o ofício respectivo será levado ao conhecimento do Plenário pelo Vereador mais idoso dentre os presentes, exercendo o mesmo as funções de Presidente.

Artigo 42º - Os membros da Mesa, isoladamente, ou em conjunto, e o Vice-Presidente, quando no exercício da Presidência, poderão ser destituídos de seus cargos, pelos membros da Câmara, assegurado o direito de ampla defesa.

Parágrafo único: É passível de destituição, o membro da Mesa quando faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, ou então que exorbite das atribuições a ele conferidas por este Regimento.

Artigo 43º - O processo de destituição terá início por representação, subscrita, necessariamente, por um dos membros da Câmara, lida em Plenário pelo seu autor e em qualquer fase da sessão, com ampla e circunstâncial fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§ 1º - Oferecida a representação nos termos do presente artigo, e recebida pelo Plenário, a mesma será transformada em projeto de resolução pela Comissão de Justiça e Redação, entrando para Ordem do Dia subsquente àquela em que foi apresentada dispondo sobre a constituição da Comissão de Investigação e Processante.

§ 2º - Aprovado por maioria absoluta, o projeto a que alude o parágrafo anterior, serão sorteadas três Vereadores entre os desimpedidos, para comporem a Comissão de Investigação e Processante que se reunirá dentro da 48 (quarenta e oito) horas seguintes, sob a Presidência do mais idoso de seus membros, para eleição do Presidente, Vice-Presidente, Relator e início dos trabalhos.

§ 3º - Não poderão fazer parte da comissão o acusado ou acudados, denunciante ou denunciantes, porém, poderão acompanhar todos os atos e diligências da Comissão Processante.

§ 4º - A Comissão Processante terá o prazo máximo e improrogável de 90 (noventa) dias para emitir e dar à publicação o parecer respectivo, o qual deverá concluir pela improcedência das acusações se julga-las infundadas, e, em caso contrário, por projeto de resolução propondo a destituição do acusado ou acusados.

§ 5º - Instalada a Comissão de Investigação e Processante, o acusado, ou acusados, serão notificados, dentro de três dias, abrindo-se-lhes o prazo de 10 (dez) dias para apresentação por escrito, de defesa prévia.

§ 6º - Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a Comissão de Investigação e Processante, de posse, ou não, de defesa prévia, procederá as diligências que entender necessárias, emitindo, ao final, seu parecer.

Artigo 44º - O parecer da Comissão de Investigação e Processante se concluir pela improcedência das acusações, será apreciado em discussão e votação única, na fase de expediente da primeira sessão ordinária, subsequente à publicação.

§ 1º - A votação do parecer se fará mediante voto a descoberto em cédula impressa, miniografada ou datilografada que constará dos seguintes dizeres antagônicos: "aprovo o parecer" e "rejeito o parecer" devendo a referida cédula ser assinada pelo votante.

§ 2º - Caso seja aprovado o parecer, o processo será aprovado e, caso contrário, o mesmo encaminhado à Comissão de Justiça e Redação que elaborará dentro de 3 (três) dias, parecer que conclua por projeto de resolução, propondo a destituição do acusado ou acusados.

§ 3º - Se, por qualquer motivo, não se concluir, na fase de expediente, da primeira sessão ordinária, a apreciação do parecer, as sessões ordinárias subsequentes, ou as sessões extraordinárias para esse fim convocadas, serão integral e exlusivamente destinadas ao prosseguimento do exame da matéria, até a definitiva deliberação do Plenário sobre a mesma.

Artigo 45º - Aprovado o projeto de resolução, propondo a destituição do acusado ou dos acusados, o fiel translado dos autos será remetido à Justiça quando for o caso.

Parágrafo Único: Sem prejuízo do afastamento, que será imediato, a resolução respectiva será promulgada e enviada à publicação dentro de 48 (quarenta e oito) horas da deliberação do Plenário;

I - pela Mesa, se a destituição não houver atingido a maioria de seus membros;

II - pela Comissão de Justiça e Redação em caso contrário, ou estando, na hipótese da alínea anterior, a Mesa não o fizer dentro do prazo estabelecido.

Artido 46º - O membro da Mesa envolvido nas acusações não poderá presidir, nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo apreciado o parecer da Comissão de Investigação e Processante, ou o parecer da Comissão de Justiça e Redação, estando igualmente impedido de participar da votação.

Parágrafo único - O denunciante ou denunciantes, o denunciado ou denunciados, são impedidos de votar sobre a denúncia, devendo ser convocado o respectivo suplente, ou suplentes, para exercer o direito de voto e para os efeitos de " quorum ".

Artigo 47º - Para discutir o parecer da Comissão de Investigação e Processante, ou Comissão de Justiça e Redação, cada Vereador disporá de 10 (dez) minutos, exceto o Relator e o acusado, ou acusados, o denunciante, cada um dos quais poderá falar durante 60 (sessenta) minutos, sendo vedada a cessão de tempo.

Parágrafo único - Terão preferências à ordem de inscrição, respectivamente, o relator do parecer, o denunciante ou denunciantes, e o acusado ou acusados.

TÍTULO IV
DOS LÍDERES

Artigo 48º - Líder é o porta-voz de uma representação, partidária e o intérprete autorizado das decisões da Bancada junto aos órgãos da Câmara.

§ 1º - Cada representação partidária deverá indicar à Mesa, em documento subscrito pela maioria dos membros das respectivas bancadas partidárias no início da sessão legislativa, os respectivos Líderes e Vice-Líderes.

§ 2º - Os Líderes serão substituídos nas suas faltas, licenças ou impedimentos, pelos Vice-Líderes.

§ 3º - É da competência do Líder, além de outras atribuições regimentais expressamente conferidas:

a) - indicação de membros efetivos de Comissão Permanente ou Es-
ciais e de substitutos nos casos de falta ou impedimento;

b) - o Líder poderá usar da palavra no grande expediente, pelo
azo de 05 (cinco) minutos, para declaração ou comunicações relativas à sua
ncada, ou ao Partido a que pertence quando, pela sua relevância e urgência,
teresse ao conhecimento da Câmara;

c) - usar da palavra, preferencialmente, para encaminhar votação
transmitir o pensamento da bancada.

§ 4º - O uso da palavra, na hipótese prevista neste artigo, po-
rá ser delegado a qualquer dos lederados, mediante comunicação à Mesa.

§ 5º - É facultado ao Prefeito, indicar, através de ofício diri-
do à Mesa, um Vereador para representá-lo junto à Câmara, o qual será chamado
Líder do Prefeito, tendo os mesmos direitos dos demais Líderes.

Artigo 49º - o disposto na letra "b" do artigo anterior, não se
licará durante o tempo correspondente à ordem do Dia em que figuram proposi-
es em regime de urgência, salvo para manifestação sobre matéria dela constan-
.

Artigo 50º - Os Líderes poderão sempre que julgar necessário,
querer verbalmente a suspensão dos trabalhos por até 15 (quinze) minutos, im-
orrogáveis, para exame da matéria em discussão.

TÍTULO V
DAS COMISSÕES

CAPÍTULO I
DAS ESPÉCIES

Artigo 51º - A Câmara Municipal terá Comissões Permanentes e
mporárias:

I - **Permanentes** - as que subsistem através da legislatura;

II - **Temporárias** - as que são constituídas com finalidades espe-
ais, ou de representação, e que se extinguem com o término da legislatura, ou
tes dela, quando preenchidos os fins para os quais foram constituídos.

SECÇÃO I
PERMANENTES

Artigo 52º - As Comissões Permanentes têm por objetivo estudar
assuntos submetidos a seu exame, manifestar sobre eles a sua opinião, por
iciativa própria ou indicação do Plenário, projetos de resolução ou decretos
gislativos atinentes à sua especificação.

Artigo 53º - As Comissões Permanentes serão em número de 05
inco), constituídas para o mandato de 02 (dois) anos, eleitos na 1ª Sessão Or-
nária correspondente ao biênio com as seguintes denominações:

I - Justiça e Redação;

II - Economia e Finanças;

III - Obras, serviços públicos e outras atividades;

IV - Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social;
V - Agricultura e Meio Ambiente;

SECÇÃO II
TEMPORÁRIAS

Artigo 54º - As Comissões Temporárias serão:
I - Comissões Especiais;
II - Comissões Especiais de Inquérito;
III - Comissões de Representação;
IV - Comissões de Investigação e Processante.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

SECÇÃO I
DAS PERMANENTES

Artigo 55º - As Comissões Permanentes serão compostas por 05 inco) membros sendo: 03 (três) efetivos e 02 (dois) suplentes.

Artigo 56º - A composição Diretiva das Comissões Permanentes po- rá ser feita de comum acordo com os Líderes das Bancadas.

§ 1º - Assegurar-se-á nas Comissões tanto quanto possível a re- esentação proporcional dos partidos que participam da Câmara Municipal.

§ 2º - Havendo acordo, dispensar-se-á a eleição, lavrando-se a, oficiando-se ao Presidente da Câmara, para conhecimento do Plenário.

Artigo 57º - Não havendo acordo, proceder-se-á a eleição dos mbros das Comissões Permanentes, votando, cada membro, num único nome para ca- cargo, considerando-se eleitos os mais votados.

§ 1º - Cada Comissão elegerá um Presidente, um Vice-Presidente e Secretário.

§ 2º - Havendo empate, considerar-se-á eleito o mais idoso.

§ 3º - A votação para a constituição diretiva de cada uma das missões Permanentes, se fará mediante voto a descoberto, em cédula separada, ressa, datilografada ou manuscrita, com a indicação do nome do votado e cargo assinada pelo votante.

Artigo 58º - As Comissões Permanentes, eleitos para o mandato de 2 (dois) anos, deverão funcionar até à posse das que forem eleitas para o man- ato subsequente.

Artigo 59º - Cada Vereador não poderá fazer parte, como membro fetivo, em mais de duas Comissões Permanentes e, por igual número, como suplen- e.

Artigo 60º - As Comissões Permanentes serão organizadas mediante ndicação dos líderes de partido, no início da Ordem do Dias da primeira sessão rdinária do ano legislativo e nomeadas pelo Presidente.

§ 1º - No ato da composição das Comissões Permanentes, figurará empre o nome do Vereador efetivo, ainda que licenciado, bem como de seu suplen- e na respectiva Comissão.

§ 2º - As representações dos partidos serão obtidos, dividindo-o número de membros da Câmara, pelo número de Vereadores de cada partido pelo ciente assim alcançado, obtendo-se, então, quociente partidário.

§ 3º - Os suplentes, mediante a obrigatória convocação do Presi-te da respectiva Comissão, tomarão parte nos trabalhos sempre que qualquer bro efetivo de seu partido não se ache presente.

SECÇÃO II
DAS ESPECIAIS

Artigo 61º - As Comissões Especiais serão constituídas mediante esentação de projeto de resolução, de autoria da Mesa ou subscrito por 1/3 terço), no mínimo, dos membros da Câmara.

§ 1º - O projeto de resolução, independentemente de parecer, te-uma única discussão e votação, na ordem do Dia da sessão subsequente àquela ua apresentação.

§ 2º - O projeto de resolução, propondo a constituição de Comis-Especial, deverá indicar necessariamente:

a) - a finalidade, devidamente fundamentada;

b) - o número de membros;

c) - o prazo de funcionamento.

§ 3º - O Presidente da Câmara, por indicação dos Líderes, desig-seus membros.

Artigo 62º - O primeiro signatário do projeto de resolução que a ção, obrigatóriamente, fará parte da Comissão Especial.

SECÇÃO III
ESPECIAIS DE INQUÉRITO

Artigo 63º - As Comissões Especiais de Inquérito, destinar-se-ão examinar irregularidades ou fatos determinados que se inclua na competência icipal.

§ 1º - A proposta da constituição da Comissão Especial de Inqué-to deverá contar, no mínimo, com a assinatura de 1/3 (um terço) dos membros da mara.

§ 2º - Recebida a proposta, a Mesa elaborará projeto de resolu-o ou de decreto legislativo, conforme a área de atuação, com base na solicita-o inicial, seguindo a tramitação estabelecida nos parágrafos 1º e 2º do artigo .

§ 3º - No caso, em que se examinem erregularidades ou fato de-rminado, envolvendo a pessoa do Vereador ou Vereadores, ou ainda a do Prefei-, a Comissão regulada por esta Secção, não poderá apresentar relatório conclu-vo, cabendo esta competência à Comissão de Investigação e Processante, insti-ida de acordo com a Secção V, do presente Capítulo.

SECÇÃO IV
REPRESENTAÇÃO

Artigo 64º - As Comissões de Representação terão por finalidade presentar a Câmara em atos externos.

§ 1º - As Comissões de Representação serão constituídas por de-beração do Presidente da Câmara, ou a requerimento subscrito, no mínimo, pela ioria absoluta do Legislativo, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 2º - Os membros da Comissão de Representação, serão designados imediato pelo Presidente.

§ 3º - A Comissão de Representação, constituída a requerimento maioria absoluta da Câmara, será sempre presidida pelo primeiro de seu signa- rio. quando dela não faça parte o Presidente da Câmara ou Vice-Presidente.

SECÇÃO V
INVESTIGAÇÕES E PROCESSANTES

Artigo 65º - As Comissões de Investigação e Processantes serão nstituídas com as seguintes finalidades:

I - Apurar infrações político-administrativas do Prefeito e dos Vereadores, no desempenho de suas funções, e nos termos fi- xados na legislação federal pertinente;

II - Destinação dos membros da Mesa nos termos deste Regimento;

Parágrafo único - Para os efeitos de extinção e cassação de man- datos de Vereadores e Prefeito, aplicar-se-á o disposto na legislação federal.

CAPÍTULO III
DA DIREÇÃO

Artigo 66º - As Comissões Permanentes, logo que constituídas unir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e Vice-Presidentes, sob a esidência do mais idoso de seus membros.

Artigo 67º - Compete aos Presidentes das Comissões:

I - convocar reuniões extraordinárias;

II - ordenar e dirigir os trabalhos das Comissões;

III - dar-lhe conhecimento de toda matéria recebida;

IV - designar relatores para matéria distribuídas às Comis- es, agindo equitativamente na sua distribuição;

V - zelar pela observância dos prazos concedidos às Comis- es;

VI - representar as Comissões nas relações com a Mesa e o Ple- rio;

VII - resolver as questões de ordem;

VIII - conceder "vista" de proposicões aos membrso das Comis- es, que não poderão exceder a 05 (cinco) dias para as proposições em regime de amitação ordinária;

IX - convocar Suplentes ou solicitar substituto à Presidência Câmara para os membros das Comissões que estiverem ausentes;

X - ser o órgão de comunicação da Comissão com a Mesa, com as tras Comissões e com os Líderes;

XI - desempatar as votações;

XII - assinar o expediente das Comissões;

XIII - solicitar em virtude de deliberação das Comissões os ser- cos de funcionários e técnicos para estudo de determinado trabalho;

XIV - convidar, para o mesmo fim do item anterior, técnicos ou pecialistas e representantes de entidades ou associações científicas ou de asse;

Parágrafo único - O Presidente poderá funcionar como relator, e rá voto em todas as deliberações da Comissão.

Artigo 68º - De todos os atos e deliberações do Presidente sobre uestões de ordem e, em geral, sobre o andamento e direção dos trabalhos, caberá ecurso de qualquer membro à Comissão que decidirá a respeito.

Parágrafo Único - A Comissão terá 10 (dez) dias de prazo para ecidir, e, da decisão, ou falta dela, o membro recorrente poderá interpor novo ecurso ao Plenário, dentro de 10 (dez) dias, após o vencimento do prazo.

Artigo 69º - Quando duas ou mais Comissões Permanentes apreciarem roposições ou qualquer matéria em reunião conjunta, a Presidência dos trabalhos iberá ao mais idoso Presidente de Comissão, dentre os presentes.

Artigo 70º - Ao Vice-Presidente, compete, substituir o Presiden- e em suas ausências, faltas, impedimentos e licenças.

Artigo 71º - As Comissões temporárias, além do Presidente e Vi- e-Presidente, elegerão também o relator, quando for o caso.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES

SECÇÃO I
JUSTIÇA E REDAÇÃO

Artigo 72º - A Comissão de Justiça e Redação competirá opinar obre todos os processos, entregues à sua apreciação quanto a seu aspecto cons- itucional, legal ou jurídico.

§ 1º - É obrigatório a audiência da Comissão de Justiça e Reda- ão sobre todos os processos que tramitam pela Câmara, resalvados os que expli- itamente tiverem outro destino determinado por este Regimento.

§ 2º - Compete, ainda, manifestar-se sobre o mérito das seguin- es proposições:

1 - organização administrativa da Câmara e da Prefeitura;
2 - contratos, ajustes, convênios e consórcios;
3 - perda de mandato;
4 - licença ao Prefeito e Vereadores;
5 - proposições de discussão única;
6 - oferecer a relação final dos projetos apresentados em Plená- io;
7 - opinar sempre que solicitado sobre a redação de quaisquer roposições que tramitem pela Casa.

SECÇÃO II
ECONOMIA E FINANÇAS

Artigo 73º - Compete à Comissão de Economia e Finanças emitir arecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialmente sobre:

1 - proposta orçamentária;
2 - prestação de contas do Prefeito e da Mesa da Câmara após o arecer do Tribunal de contas do Estado, concluindo por projeto de decreto le- islativo e projeto de resolução, respectivamente;
3 - proposição referentes à matéria tributária, abertura de cré- itos adicionais, empréstimos públicos e as que direta ou indiretamente, alterem despesa ou a receita do Município acarretem responsabilidade ao erário munici- al ou interessem ao crédito público;
4 - proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo ou ubsídios e a verba de representação do Prefeito, Vice-Prefeito, Presidente da âmara e dos Vereadores quando for o caso;

5 - as que, direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município.

§ 1º - compete, ainda, à Comissão de Economia e Finanças:

a) - apresentar nos meses de agosto e setembro, no último ano de cada legislatura, projeto de decreto legislativo fixando os subsídios e a verba de representação do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Presidente da Câmara, para vigorar na legislatura seguinte;

b) - apresentar de igual forma nos meses de agosto e setembro, o último ano da legislatura, projeto de resolução, fixando os subsídios dos Vereadores, quando for o caso;

c) - zelar para que, em nenhuma lei, sejam criados encargos ao erário municipal, sem que se especifiquem os recursos necessários à sua execução.

§ 2º - Na falta de iniciativa da Comissão de Economia e Finanças, para as proposições enumeradas nas letras "a" e "b", do Parágrafo anterior, a Mesa apresentará projeto de resolução, ou de decreto legislativo, conforme o caso, com base nos subsídios e verbas de representação em vigor, de acordo com a legislação superior.

SECÇÃO III
OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E OUTRAS ATIVIDADES

Artigo 74º - Compete à Comissão de Obras, Serviços públicos e outras atividades, emitir parecer sobre todos os processos atinentes à realização de obras e execução de serviços pelo Município, autarquias, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos, servidores públicos e outras atividades que digam respeito a transportes, comunicações, indústrias e comércio, mesmo que se relacione com atividades provadas, mas sujeitas a deliberação da Câmara.

Parágrafo Único - A Comissão de Obras, Serviços públicos e outras atividades, compete, também, fiscalizar a execução do Plano Diretor de Desenvolvimento.

SECÇÃO IV
EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Artigo 75º - A Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social, competirá opinar sobre:

1 - educação;
2 - instrução;
3 - saúde pública;
4 - assistência social;
5 - promoção social;
6 - cultura;
7 - turismo;
8 - esporte;
9 - diversões em geral.
10 - Assuntos Referente ao código do menor e Adolecente.

SECÇÃO V
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Artigo 76º - A Comissão de Agricultura e Meio Ambiente competirá pinar sobre:

1 - todos os assuntos referentes a agricultura e pecuária;

2 - estudo das matérias e assuntos referentes ao meio ambiente endo por base a preservação e defesa da ecologia, usando de todos os recursos egais contra a poluição, quer seja da terra, do ar, cursos de água, sonora ou isual;

3 - defesa de novas medidas que visem a sua ampliação, defendendo o município contra a devastação de suas matas.

SECÇÃO VI
DAS TEMPORÁRIAS

Artigo 77º - As Comissões Temporárias têm como atribuições, as nalidades para as quais foram criadas.

§ 1º - Concluídos seus trabalhos, elaborarão parecer sobre a matéria enviando-o ao Presidente, que comunicará ao Plenário a conclusão de seus rabalhos.

§ 2º - Sempre que julgar necessário consubstanciar o resultado e seu trabalho numa proposição, deverão apresentá-la em separado, constituído o arecer, a respectiva justificativa, respeitada a iniciativa privativa do Preeito, Mesa e Vereadores, quanto a projetos de lei, caso em que, oferecerá tão omente a proposição como sugestão, a quem de direito.

§ 3º - Se a Comissão deixar de concluir seus trabalhos dentro do razo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver provado, em tempo hábil, a prorrogação de seu prazo de funcionamento, através e projeto de resolução ou de decreto legislativo, conforme o caso, de iniciati- de todos os seus membros e terá uma única discussão e votação, na Ordem do ia da sessão subsequente à sua apresentação.

Artigo 78º - Aplicam-se, subsidiariamente, às Comissões Temporárias, no que couber a desde que não colidam com os desta seção, os dispositivos oncernentes às Comissões Permanetes.

CAPÍTULO V
DAS REUNIÕES

Artigo 79º - As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente no recinto da Câmara Municipal ou fora dela, conforme deliberação da maioria e seus membros, as sextas-feiras, às 17:00 (dezessete) horas, e, extraordinariamente, em hora e local determinado pelo seu Presidente.

§ 1º - As Comissões extraordinarimente serão sempre convocadas om antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, avisando-se obrigatóriaente, a todos os integrantes da Comissão, prazo este dispensado, se contar o to de convocação com a presença de todos os membros.

§ 2º - As reuniões salvo deliberação contrária tomada pela maioria dos membros da Comissão serão públicas.

§ 3º - As Comissões Permanentes deliberarão com a presença da maioria de seus membros.

§ 4º - Esgotado o prazo, sem que o parecer seja apresentado o Presidente da Comissão evocará o processo e emitirá o parecer.

§ 5º - As comissões não poderão reunir-se no período da Ordem do dia das sessões da Câmara, salvo para emitirem parecer em matéria sujeita a tramitação de urgência e as proposições sob regime de decurso de prazo, ocasião em que serão as sessões suspensas, caso julgue necessário.

CAPÍTULO VI
DOS TRABALHOS

Artigo 80º - Os trabalhos das Comissões iniciar-se-ão salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da ata da reunião anterior que, aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros.

Artigo 81º - As Comissões Permanentes e, quando couber as Especiais, serão secretariadas por funcionários da secretaria da Câmara, na forma do regulamento.

Artigo 82º - As Comissões Permanentes poderão requisitar do Executivo, por intermédio do Presidente da Câmara, independentemente de manifestação do Plenário, todas as informações julgadas necessárias, cabendo ao Presidente o prazo de 05 (cinco) dias para encaminhá-las.

Artigo 83º - Quando qualquer processo for distribuído a mais de uma Comissão, cada qual dará seu parecer separadamente, ouvida em primeiro lugar a de Justiça e Redação, quanto ao aspecto legal ou constitucional e, em último, a de Economia e Finanças, quando for o caso.

Artigo 84º - Mediante comum acordo de seus Presidentes, em caso de urgência justificada, poderão as Comissões Permanentes realizar reuniões conjuntas para exame de proposições ou qualquer matéria e elas submetidas.

§ 1º - O parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que consigne a manifestação de cada uma delas, ou em separado, se essa for a orientação preferida, mencionando, em qualquer caso, os votos vencidos, em separado, e as conclusões e com restrições.

§ 2º - Cada Comissão poderá ter o seu Relator senão preferir Relator único.

§ 3º - O estudo da matéria será em conjunto, mas a votação far-se-á, separadamente, na ordem constante do despacho da Mesa.

Artigo 85º - Pretendendo uma Comissão que outra se manifeste sobre o processo a ela submetido, assim o requererá ao Presidente da Câmara.

Artigo 86º - Poderão ser convidados para participarem dos trabalhos das Comissões, sem direito a voto, técnico ou representantes de entidades que tenham interesse na matéria submetida à apreciação das mesmas.

CAPÍTULO VII
DOS PRAZOS

Artigo 87º - Salvo as excessões previstas neste Regimento para itir parecer sobre qualquer matéria cada Comissão Permanente terá o prazo de) (dez) dias, prorrogável por mais 05 (cinco) dias, pelo Presidente da Câmara a querimento devidamente fundamentado.

§ 1º - O prazo previsto neste artigo começa a correr a partir da ta em que o processo der entrada na Comissão.

§ 2º - O Presidente da Comissão, dentro do prazo máximo de 02 ois) dias úteis, designará o respectivo relator.

§ 3º - O relator terá o prazo improrrogável de 06 (seis) dias ra apresentação do parecer.

§ 4º - Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior, sem que parecer seja apresentado, o Presidente da Comissão avocará o processo e emiti- o parecer.

§ 5º - Esgotado o prazo para a Comissão designada emitir o seu recer, o processo será enviado a outra Comissão ou incluído na Ordem do Dia, m o parecer da Comissão faltosa.

Artigo 88º - Se houver pedido de vista, este será concedido pelo azo máximo de 07 (sete) dias, improrrogáveis, nunca, porém, com transgressãodo mite do prazo estabelecido no artigo 146º.

§ 1º - Só se concederá vista do processo, depois de estar o mes- devidamente relatado.

§ 2º - Não serão aceitos pedidos de vista para projeto em fase redação final, para os com prazo fatal de apreciação, para os que se encon- em em regime de urgência especial.

Artigo 89º - Decorridos os prazos previstos, deverá o processo r devolvido à Secretaria, com ou sem parecer, sendo que, na falta deste, o esidente declarará o motivo.

Parágrafo único - Na falta do parecer, o Presidente da Câmara signará relator especial, que terá o prazo de 03 (três) dias para o seu pro- nciamento, prorrogáveis por mais 02 (dois) dias, desde que, devidamente justi- cado perante o Presidente da Câmara.

Artigo 90º - Decorridos os prazos de todas as Comissões a que nham sido enviados, poderão os processos serem incluídos na Ordem do Dia, com sem parecer, pelo Presidente da Câmara, de ofício, ou a requerimento de qual- er Vereador, independentemente do pronunciamento do Plenário.

CAPÍTULO VIII
SECÇÃO I
DOS RELATÓRIOS

Artigo 91º - O relatório deverá ser oferecido por escrito, salvo s casos e, que este Regimento admita parecer em Plenário.

Artigo 92º - Lido o relatório, desde que a maioria dos membros esentes à reunião se manifeste de acordo com o relator, ele passará a consti- ir o parecer.

Parágrafo único - Conhecido o voto do relator, qualquer membro Comissão poderá pedir vista do processo nos termos regimentais.

SECÇÃO II
DOS PARECERES

Artigo 93º - Parecer é o pronunciamento da Comissão sobra qual-
ıer matéria sujeita a seu estudo.

Parágrafo único - Salvo, nos casos expressamente previstos neste
ıgimento, o parecer será escrito e constará de três partes fundamentais:

I - exposição da matéria em exame;

II - conclusões da Comissão, tanto quanto possível sintéticas,
ınando sobre a conveniência da aprovação, ou rejeição da matéria e, quando for
caso, oferecendo-lhe substitutivo ou emenda;

III - decisão da Comissão, com assinatura dos membros que vota-
m a favor, ou contra a matéria.

Artigo 94º - Os membros das Comissões emitirão seu juízo sobre a
nifestação do relator, mediante voto.

Parágrafo Único - Os relatórios somente poderão receber as de-
ıs assinaturas, após a sua apreciação pelos membros da Comissão.

Artigo 95º - Para efeito de contagem de votos emitidos, serão
nsiderados:

I - favoráveis, e os que tragam ao lado da assinatura do vo-
nte, a indicação " com restrições " ou " pelas conclusões ";

II - contrários, os que tragam ao lado da assinatura do votan-
, a indicação " contrário ";

Artigo 96º - Poderá ainda, o membro da Comissão, exarar " voto
separado " devidamente fundamentado:

I - " pelas conclusões ", quando favorável às conclusões do
lator lhes dê outra e diversa fundamentação;

II - " aditivo " quando favorável às conclusões do relator,
rescente novos argumentos à sua fundamentação;

III - " contrário ", quando se oponha frontalmente às conclu-
es do relator.

§ 1º - O voto do relator não acolhido pela maioria da comissão,
nstituirá " voto vencido ".

§ 2º - O " voto em separado ", divergente, ou não, das conclu-
es do relator, desde que acolhido pela maioria da Comissão, passará a consti-
ır seu parecer.

Artigo 97º - Concluído o parecer da Comissão de Justiça e Reda-
ão pela inconstitucionalidade ou ilegalidade de qualquer proposição, deverá o
ferido parecer ser submetido ao Plenário, a fim de, em discussão e votação
ica, ser apreciado.

Parágraafo único - Se aprovado o parecer da Comissão de Justiça e
dação, a matéria será sumariamente arquivada e, se rejeitada o parecer, terá
a tramitação normal.

Artigo 98º - As Comissões poderão concluir os pareceres com a
resentação de emendas, subemendas ou substitutivo total.

Parágrafo único - Considera-se emenda de Comissão, a proposta
eita por qualquer de seus membros e por ela adotada e que recebam a maioria das
ssinaturas dos respectivos componentes.

CAPÍTULO IX
DAS VAGAS E LICENÇAS

Artigo 99º - As vagas das Comissões, verificar-se-ão:
I - com a renúncia;
II - com a perda do lugar.
§ 1º - A renúncia de qualquer membro da Comissão será ato acaba-
) e definitivo, desde que manifestada, por escrito, ao Presidente da Câmara.
§ 2º - O membro da Comissão que faltar a mais de 3 (três) reu-
ões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, sem justificação aceita pela mes-
, perderá suas funções e será substituido nos termos regimentais, não mais po-
ndo participar da mesma durante o biênio correspondente.
§ 3º - A perda dar-se-á por simples representação de qualquer
reador ou por ofício do Presidente da Comissão, que, após comprovar a autenci-
de das faltas e a sua não justificativa em tempo hábil, declarará vago o cargo
Comissão e comunicará à Presidência da Câmara.
§ 4º - O Presidente da Câmara preencherá, por nomeação, as vagas
rificadas nas Comissões, de acordo com a indicação do Líder do Partido a que
rtencer o substituído.
Artigo 100º - No caso de licença e impedimento de qualquer mem-
o das Comissões Permanentes, caberá ao Presidente da Câmara a designação do
bstituto, após ouvida a liderança do Partido.
Parágrafo único - Tratando-se de licença do exercício do mandato
Vereador, a nomeação recairá, obrigatoriamente, no respectivo Suplente que
sumir a vereança.
Artigo 101º - Sempre que um membro da Comissão não puder compa-
cer às reuniões, comunicá-lo-á diretamente ao seu Presidente, ou por intermé-
o do Líder do seu partido, para efeito de convocação do respectivo suplente.
§ 1º - Na falta do Suplente, o Presidente da Câmara, a requeri-
nto do Presidente da Comissão respectiva, o designará, por indicação do Líder
Partido a que pertencer o impedido ou ausente.
§ 2º - Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde
e o substituido compareça às reuniões.

CAPÍTULO X
DAS ATAS

Artigo 102º - Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão, atas com
umário do que, durantes elas, houver ocorrido, devendo consignar, obrigatoria-
ente:
I - a hora e local da reunião;
II - o caráter da reunião: se ordinária ou extraordinária;
III - os nomes dos membros que comparecerem e dos que se fize-
em ausentes, com ou sem justificativa;
IV - referência suscinta dos relatórios e dos debates;
V - relação da matéria distribuída e os nomes dos respecitvos
elatores, cujo ato poderá ocorrer fora das reuniões.
Artigo 103º - À Secretaria, incubida de prestar assistência às
omissões, além da redação das atas e de suas reuniões, caberá manter procotolo
special para cada uma delas.

TÍTULO VI
DO PLENÁRIO

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 104º - O Plenário é o órgão deliberativo soberano da Câ-
ra Municipal, constituído pela reunião de Vereadores em exercício, em local,
rma e número estabelecido neste Regimento.

§ 1º - O local é o recinto de sua sede;

§ 2º - A forma legal para deliberar é a sessão regida pelos dis-
sitivos referentes à matéria, estatuídos em leis ou neste Regimento;

§ 3º - O número é o " quorum " determinado em lei ou neste Regi-
nto, para realização das sessões, e para as deliberações.

Artigo 105º - A discussão e a votação de matéria pelo Plenário,
nstantes da Ordem do Dia, só poderão ser realizadas com a presença da maioria
soluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - Aplica-se às matérias sujeitas a discussão e
tação no expediente, o disposto no presente artigo.

CAPÍTULO II
DAS DELIBERAÇÕES

Artigo 106º - As deliberações do Plenário serão tomada por:

I - maioria simples;

II - maioria absoluta;

III - maioria qualificada.

§ 1º - A maioria simples é aquela que depende do voto favorável
maioria dos Vereadores presentes à sessão;

§ 2º - A maioria absoluta é a que corresponde mais da metade do
mero dos componentes da Câmara;

§ 3º - A maioria qualificada é a que atinge ou ultrapasse 2/3 (
is terços) dos componentes da Câmara.

Artigo 107º - Salvo disposições em contrário, as deliberações
rão tomadas pelo voto favorável da maioria simples.

§ 1º - Dependerão de voto favorável de 2/3 (dois terços) dos
mbros da Câmara Municipal:

I - Elaboração e alterações da Lei Orgânica do Município;

II - Afastamento do cargo do Prefeito em decorrência de pro-
sso de cassação;

III - RejeicÃo do Parecer Prévio do Tribunal de Conta sôbre as
ntas dos Poderes Executivo e Legislativo;

IV - Realização de sessão secreta da Câmara Municipal.

§ 2º - Dependerão de voto favorável da maioria absoluta dos mem-
os da Câmara Municipal:

I - Rejeição do veto aposto pelo Prefeito;

II - Recebimento de denúncia em processo de Cassação de Pre-
eito;

III - Afastamento e cassação de mandato de Vereador.

Artigo 108º - As sessões da Câmara serão:
I - Ordinárias;
II - Extraordinárias;
III - Solenes e Comemorativas;
IV - Secretas.

Artigo 109º - As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação de decoro parlamentar.

Artigo 110º - As sessões ordinárias serão semanais, realizando-se às sextas-feiras com início às 19:30 (desenove e trinta) horas.

Artigo 111º - As sessões da Câmara poderão, a critério da Mesa Diretora, e mediante licitação, serem transmitidas por emissora de rádio local.

Artigo 112º - Excetuadas as solenes, comemorativas e secretas, as sessões da Câmara terão a duração máxima de 4 (quatro) horas.

Parágrafo Único - A sessão poderá ser prorrogada, por deliberação do Plenário, somente para terminar a discussão e votação da proposição em debate.

Artigo 113º - As sessões da Câmara, com exceção das Solenes ou Comemorativas, só poderão ser abertas, ou ter continuidade, com a presença de, no mínimo, a maioria dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - Não havendo " quorum " na 1ª chamada, a Presidência observará um intervalo de 15 (quinze) minutos, para nova chamada, persistindo a falta de " quorum ", a sessão será dada como encerrada.

Artigo 114º - Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer no recinto do Plenário.

§ 1º - A critério do Presidente, serão convocados funcionários da Secretaria Administrativa, necessários ao andamento dos trabalhos.

§ 2º - A convite da Presidência, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir os trabalhos no recinto do Plenário, ou na Tribuna de Honra, autoridades públcas federais, estaduais e municipais, personaliades homenageadas e outras, a critério da Presidência.

§ 3º - Os representantes credenciados da imprenssa, emissoras de rádio e televisão, terão lugar reservado para esse fim.

CAPÍTULO III
DAS ORDINÁRIAS

SECÇÃO I
DO EXPEDIENTE

Artigo 115º - A primeira parte da sessão, que terá duração de 120 (cento e vinte) minutos, a partir da hora fixada para o seu início, será determinada a matéria do Expediente e aos oradores inscritos, na forma do Regimento.

§ 1º - Consitutem matéria de Expediente:
I - Leitura de correspondência recebida e das proposições apresentadas à Casa;
II - Leitura de informações ou respostas às proposições submetidas à deliberação do Plenário;

III - GRANDE EXPEDIENTE: o uso da palavra por Vereador regularnte inscrito, versando tema livre pelo prazo de 10 (dez) minutos, sendo faltado ao orador seguinte inscrito, ceder no todo, ou em parte, o tempo a que m direito.

@ 2º - Ao orador que por esgotar o tempo reservado ao Expediene, r interrompido em sua palavra será assegurado o direito de ocupar a tribuna, primeiro lugar, na sessão subsequente, para completar o tempo regimental;

§ 3º - As inscrições dos oradores para o Expediente serão feitas livro especial, de próprio punho e sob a fiscalização do Segundo Secretário;

§ 4º - O Vereador que, inscrito para falar no Expediente, não se har presente na hora em que lhe for dada a palavra, perderá a vez, mas poderá r de novo inscrito em último lugar, no livro competente;

§ 5º - Ao Vereador que, durante o Expediente, tenha usado da pavra, ou dela desistido, somene poderá proceder a nova inscrição após o término le;

§ 6º - O orador que, tiver que apresentar à Casa, memoriais bscritos por terceiros, poderá simplesmente encaminhá-los à Mesa, a fim de sem considerados como parte integrante de seu discurso.

Artigo 116º - Na hora do Expediente só poderão ser em objetos de liberação, requerimentos que não dependam de pareceres das Comissões, que não gam respeito a proposições constantes da Ordem do Dia ou os que o Regimento o determine que sejam submetidos em outra fase da sessão.

Artigo 117º - A Câmara podéra destinar parte do Expediente para memorações cívicas, recepção de altas autoridades, a critério da Presidência.

Parágrafo Único - Poderá também ser destinado tempo para confencias ou exposições de assuntos de relevância, sempre por deliberação do Plerio, ouvida preliminarmente a Comissão de Justiça e Redação.

SECÇÃO II
DA ORDEM DO DIA

Artigo 118º - Findo o Expediente, por ter-se esgotado o seu pra- ou ainda por falta de oradores, o Plenário passará a apreciação das matérias stinadas a Ordem do Dia.

§ 1º - Efetuada a chamada regimental, a sessão somente prosseurá se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores;

§ 2º - Não se verificando o " quorum " regimental, será encerra- a sessão e sua pauta transferida para a sessão subsequente.

Artigo 119º - As matérias serão incluídas na Ordem do Dia. a dizo do Presidente, observada a seguinte seqüência:

I - Leitura, discussão e votação dos Atos;
II - Matérias adiadas da sessão anterior;
III - Matérias sob regime de Urgência Especial;
IV - Vetos;
V - Matérias de tramitação normal.

§ 1º - A pauta da Ordem do Dia, somente será alterada por motivo e preferência, desde que, requerida por 1/3 (um terço) dos Veredores, que derá ser votado imediatamente, sem discussão.

§ 2º - Aprovado o requerimento de preferência, a matéria entrará mediatamente em discussão, ficando a pauta prejudicada até a decisão da proposição para a qual a preferência foi requerida.

Artigo 120º - Se nenhum Vereador presente estiver inscrito ou licitado a palavra para falar sobre a matéria em debate, o Presidente dará por ncerrada a discussão.

Artigo 121º - Nenhuma proposição poderá ser colocada em discus-ío sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia, com antecedência de até 24 (inte e quatro) horas do início da sessão, salvo em regime de urgência, quando egularmente aprovada.

SECÇÃO III
DA EXPLICAÇÃO PESSOAL

Artigo 122º - Não havendo mais matéria sujeita à deliberação do enário, na Ordem do Dia, o Presidente dará em seguinda, a palavra para Expli-ção Pessoal ao orador que tenha procedido sua inscrição em livro especial, de óprio punho, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos.

§ 1º - A Explicação Pessoal é destinada à manifestação de Verea-res sobre atitudes pessoais assumidas durante a sessão, sendo permitido apar-s;

§ 2º - Quando o Vereador for criticado por outro durante a Ex-icação Pessoal, poderá inscrever-se independentemente das normas previstas no esente artigo.

§ 3º - A sessão não poderá ser prorrogada para uso da palavra em plicação Pessoal.

CAPíTULO IV
DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Artigo 123º - A Câmara sòmente poderá ser convocada extraordiná-amente pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 1º - Quando feita fora de sessão, a convocação será levada ao nhecimento dos Vereadores pelo Presidente da Câmara, através de comunicação ssoal e escrita, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º - Sempre que possível a convocação far-se-á em sessão,

§ 3º - As sessões extrordinárias poderão realizar-se em qualquer ora e dia, inclusive nos domingos e feriados.

Artigo 124º - Na sessão extraordinária não haverá aparte do Ex-ediente, nem a de Explicação Pessoal, sendo todo o seu tempo destinado a Ordem o Dia, após leitura e deliberação da ata da sessão anterior.

Parágrafo Único - Aberta a sessão extraordinária com a presença e 1/3 (um terço) dos membros da Câmara e não contando, após a tolerância de 5 (quinze) minutos, com a maioria absoluta para discussão e votação das proposições, Presidente encerrará os trabalhos, determinando a lavratura da respectiva ata, ue independerá de aprovação.

Artigo 125º - Só poderão ser discutidas e votadas nas sessões xtraordinárias as proposições que tenham sido objeto da convocação.

CAPÍTULO V
DAS SESSÕES SOLENES E COMEMORATIVAS

Artigo 126º - As sessões solenes serão convocadas pelo Presiden- e ou por deliberação da Câmara para o fim específico, para posse e instalação e legislatura, bem como para solenidades cívicas e oficiais.

§ 1º - Essas sessões poderão ser realizadas fora do recinto da mara e não haverá expediente e Ordem do Dia, sendo inclusive dispensado a lei- ra da ata e a verificação da presença.

§ 2º - Nas sessões solenes não haverá tempo determinado para o u encerramento.

§ 3º - Será alaborado préviamente e com ampla divulgação, o pro- ama a ser obedecido na sessão solene, podendo inclusive, usar a palavra, auto- dades homenageadas e representantes de Classes e clubes de serviços, sempre a itério da Presidência da Câmara.

CAPÍTULO VI
DAS SECRETAS

Artigo 127º - A Câmara poderá realizar sessões secretas, por de- beração tomada pela maioria de 2/3(dois terços) de seus membros quando ocorrer rivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

§ 1º - Deliberada a sessão secreta, ainda que, para realizá-la, deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará que todas as por- s do recinto sejam fechadas, desligando o serviço de som, permitindo-se ape- s, a presença dos Vereadores.

§ 2º - Iniciada a sessão secreta, a Câmara deliberará prelimi- rmente com o mesmo "quorum" exigido no presente artigo, se o objetivo deva ontinuar a ser tratado secretamente, caso contrário a sessão tornar-se-á públi- .

§ 3º - A Câmara poderá deliberar, sejam os debates gravados em itas magnéticas, arquivando-se em caráter sigiloso, o respectivo apanhado com a ta e demais documentos referentes à sessão.

§ 4º - Os documentos referidos no parágrafo anterior, devidamen- e lacrados e arquivados, só poderão serem reabertos para exame em sessão secre- a, sob a pena de responsabilidade civil e criminal.

§ 5º - Será permitido ao Vereador que houver participado dos de- ates , resumir seu discurso em escrito, para ser arquivado com a ata e os docu- entos referentes à sessão.

Artigo 128º - Antes de encerrar-se uma sessão secreta, o Plená- io resolverá se a matéria debatida deverá ser publicada, no todo ou em parte.

Parágrafo Único - A ata deverá ser aprovada nesta mesma sessão.

CAPÍTULO VII
DAS ATAS

Artigo 129º - De cada sessão da Câmara, lavrar-se-á á ata dos -abalhos, contendo os nomes dos Vereadores presentes e ausentes, e uma exposi-ão suscinta dos assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário.

§ 1º - As proposições e documentos apresentados em sessão serão ıdicados apenas com a deliberação do objetivo a que se referiam, salvo requeri-ınto de transcrição integral, aprovado pela Câmara.

§ 2º - A transcrição de declaração de voto, feito por escrito e ı termos concisos e regimentais, deverá ser requerida ao Presidente.

§ 3º - Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata para pedir sua retificação ou impugná-la.

§ 4º - Feita a impugnação ou solicitada a retificação da ata, o enário deliberará a respeito. Aceita a impugnação será lavrada nova ata e se rovada a retificação, a mesma será incluida na ata da sessão em que ocorrer a a votação.

Artigo 130º - A ata da última sessão de cada ligislatura será ɔigida e submetida à aprovação com qualquer número, antes de encerrar a ses-o.

TÍTULO VII
DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I
DAS ESPÉCIES

SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 131º - Proposição é toda matéria sujeita ou não a delibe-ção do Plenário e consiste em:

I - Projetos;
II - Requerimentos;
III - Indicações;
IV - Pareceres;
V - Substitutivos e Emendas;
VI - Moções.

Artigo 132º - As proposições deverão ser dirigidas em termos laros e sintéticos e autuadas, consignando-se na respectiva capa, no ato da or-anização do processo:

1 - a natureza da proposição;
2 - o número;
3 - o ano de apresentação;
4 - a emenda completa;
5 - o autor.

Artigo 133º - Somente serão lidas no Expediente das sessões ple-
arias as proposições registradas no Protocolo da Câmara, até às 18:00(dezoito)
oras do dia anterior a sessão.

Artigo 134º - As proposições uma vez despachadas pela Presidên-
ia, não poderão ser transformadas em proposições diferentes daquela em que foi
resenta e autuada.

Artigo 135º - Toda proposição encaminhada à Mesa ao Potrocolo,
everá receber deste a informação quanto à existência, ou não, de matérias idên-
icas em tramitação ou arquivadas

Parágrafo Único - Caso seja constatada a existência de duas ou
ais proposições idênticas prevalecerá a ordem do protocolo.

Artigo 136º - As representações de outras edilidades, solicitan-
o a menifestação da Câmara sobre qualquer assunto, serão lidas no Expediente e
caminhadas às comissões competentes.

Parágrafo Único - A comissão poderá encampar a proposição men-
ionada no presente artigo, transfomando-se em proposição própria, em forma de
bstitutivo total.

Artigo 137º - Quando, por extravio ou retenção indevida não for
ssivel o andamento de qualquer proposição, vencidos os prazos regimentais, a
esidência determinará a sua reconstituição por deliberação própria. ou a re-
erimento de qualquer Vereador.

Artigo 138º - As proposições de autoria de Vereador licenciado
renunciante, com o mandato cassado ou extinto, entregues à Mesa antes de
orrer o fato, terão tramitação normal.

Artigo 139º - Considerar-se-á autor da proposição, para efeito
gimental o primeiro signatário.

§ 1º - São de simples apoio as assinaturas que se seguirem à
imeira.

§ 2º - Nos casos em que as assinaturas de uma proposição consti-
irem "quorum" para apresentação, não poderão serem retiradas após o seu enca-
nhamento à Mesa.

Artigo 140º - O autor poderá fundamentar ou justificar a propo-
ção, por escrito ou verbalmente.

Artigo 141º - As proposições subscritas pela Comissão de Justiça
Redação, não poderão deixar de ser recebidas sob alegação de ilegalidade ou
constitucionalidade.

Artigo 142º - A Presidência restituirá ao autor, as proposições
e:

I - Versarem sobre assuntos alheios à competência da Câmara;

II - Delegarem a outro poder, atribuições privativas do Legis-
tivo;

III - Aludindo a lei ou artigo de lei, decreto, regulamento,
o, contrato ou concessão, não tragam, em anexo, a cópia ou transcrição do dis-
positivo aludido;

IV - Sejam manifestamente anti-regimentais, ilegais ou incons-
itucionais;

V - Apresentadas antes do prazo regimental, consubstanciem ma-
éria anteriormente rejeitada ou vetada e com veto mantido;

VI - Apresentadas por veradores ausentes à sessão;

VII - Apresentadas por comissão e não contiverem a maioria das
ssinatutas de sua composição.

§ 1º - As razões da devolução do autor de qualquer proposição
os termos do presente artigo, deverão ser devidamente fundamentadas pelo Presi-
ente, por escrito.

§ 2º - Não se conformando o autor da proposição com a decisão do
residente em devolvê-la, poderá recorrer do ato ao Plenário, nos termos regi-
entais.

Artigo 143º - As proposições já aprovadas em primeira discussão, ecebendo substitutivo, emendas, juntada ou quaisquer alterações, seguirão a ramitação normal, vetado o truncamento do seu procedimento, cabendo às Comis-es de Mérito opinar sobre as mesmas, quando for o caso.

Parágrafo Único - Havendo dúvidas quanto à legalidade ou consti-ucionalidade das emendas apresentadas, poderá a presidência solicitar manifes-ação prévia da Comissão de Justiça e Redação.

SECÇÃO II
DOS PROJETOS

Artigo 144º - A Câmara exerce sua função legislativa, por meio

I - Projetos de Lei;
II - Projetos de Decreto Legislativo;
III - Projetos de Resolução.

Artigo 145º - Projeto de Lei é a proposição que tem por fim, re-lar toda a matéria legislativa de competência da Câmera e sujeita à sanção do efeito.

Parágrafo Único - A iniciativa dos Projetos de Lei serão:
a) - dos Vereadores;
b) - das Comissões;
c) - da Mesa da Câmara;
d) - do Prefeito Municipal;
e) de 5%(cinco por cento) dos eleitores do Município.

Artigo 146º - Os Projetos de Lei de autoria do Poder Executivo e venham acompanhados de requerimento de urgência especial, serão apreciados e tados pela Câmara no prazo de 30(trinta) dias, no máximo, sendo que os demais ojetos votados em até 60 (sessente) dias.

Parágrafo Primeiro - Se nesse prazo, não houver a Câmara delibe-do sobre a matéria, esta, obrigatóriamente, deverá ser incluída como matéria eferencial na primeira sessão ordinária que se realizar após esse prazo, inde-ndente de parecer das Comissões.

Parágrafo Segundo - Não se computa nesse prazo o do recesso do der Legislativo.

Artigo 147º - Qualquer proposição que, distribuída a mais de uma missão de Mérito, receba apenas perecer contrário, sera considerada rejeitada sumariamente arquivada.

Artigo 148º - Projeto de Decreto Legislativo é a proposição des-inada a regular matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara, is não sujeita à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câma-a.

§ 1º - Constitui matéria de Decreto Legislativo:

I - Concessão de título de cidadão honorário, ou qualquer outra onraria ou homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços o Município, aprovada pelo voto favorável, no mínimo, de 2/3(dois terços) dos embros da Câmara;

II - Fixação dos subsídios e da verba de representação do Pre-eito, Vice-Prefeito e Presidente da Câmara;

III - Aprovação ou rejeiçao das contas do Prefeito;

IV - Concessão de licença ao Prefeito e Vice-Prefeito;
V - Autorizaçao ao Prefeito para ausentar-se do Município por ais de 15 (quinze) dias consecutivos;
VI - Criação de Comissão Especial de Inquérito, sobre fato determinado que se inclua na competência municipal para apuração de irregularidades administrativas;
VII - Cassação de mandato do Prefeito e Vice-Prefeito;
VIII - Demais atos que independam da sanção do Prefeito e como ais, definidos em lei.

§ 2º - Será de Exclusiva competência da Mesa, a apresentação de rojetos de decretos legislativos para os itens "IV" e "V" do parágrafo anterior. s demais poderão ser de iniciativa da Mesa, das Comissões e dos Veradores.

Artigo 149º - Projeto de Resolução é a proposição destinada a egular matéria político-administrativa da Câmera.

§ 1º - Constitui matéria de projeto de resolução, entre outras:
I - assuntos de economia interna da Câmara;
II - Perda de mandato de Vereador;
III - Destituição da Mesa e de qualquer de seus membros;
~~IV - Fixação da verba de representação da Presidência da Câmera, ando for o caso;~~
IV - Fixação de remuneração de Vereadores, quando for o caso;
V - Elaboração e reforma do Regimento Interno;
VI - Concessão de licençáo a Vereador;
VII - Constituição de Comissão Especial, de Comissão Especial Inquérito, quando o fato referir-se a assuntos de economia interna, nos ter- s deste Regimento;
VIII - Aprovação ou rejeição das Contas da Mesa;
IX - Organização dos serviços administrativos, inclusive criação cargos.

§ 2º - Os projetos de resolução a que se referem os itens "I", II" e "IX" do parágrafo anterior, são de iniciativa exclusiva da Mesa, independentemente de pareceres, e com exceção dos mencionados no item "VII" - que entram para Ordem do Dia da mesma sessão - os demais serão apreciados na sessão subsequente à sua apresentação.

§ 3º - Respeitado o disposto no parágrafo anterior, a iniciativa os projetos de resolução poderá ser da Mesa, das Comissões e dos Vereadores, nforme dispões o presente Regimento.

§ 4º - Os projetos de resolução e de decreto legislativo, elaborados pelas Comissões Permanentes, Especiais ou Especiais de Inquérito, em assuntos de sua competência, serão incluídos na Ordem do Dia da sessão imediata à ua apresentação, independentemente de parecer, salvo requerimento de Vereador, ara que seja ouvida outra Comissão, discutido e aprovado em Plenário.

Artigo 150º - São requisitos indispensáveis dos Projetos:
I - Ementa de seu objetivo;
II - Contar tão somente a enunciação da vontade legislativa;
III - Divisão em artigos numerados, claros e concisos;
IV - Menção da revogação de lei com a citação de número e data artigo de lei quando for o caso, e das disposições em contrário;
V - Justificativa, com a exposição dos motivos de mérito que undamentam a medida proposta.

Artigo 151º - Todas as emendas das proposições deverão ser lidas elo 1º Secretário, para conhecimento do Plenário, e ressalvados os casos pre- istos neste Regimento, serão elas encaminhadas às Comissões Permanentes que, or sua natureza, devam opinar sobre o assunto

SEÇÃO III
DOS REQUERIMENTOS

Artigo 152º - Requerimento é a proposição por qualquer Vereador
(Comissão, ao Presidente ou à Mesa, sobre matéria de competência da Câmara e
erão:

I - Verbais;
II - Escritos.

Parágrafo Único - Quanto à competência para decidi-lo, os reque-
mentos são de duas espécies:

Artigo 153º - Serão de alçàda do Presidente da Câmara, os depa-
os aos requerimentos verbais que solicitem:

I - A palavra ou a desistência dela;
II - Permissão para falar sentado;
III - Leitura de qualquer matéria para encaminhamento do Plená-
o;
IV - Observância de disposição regimental;
V - Retirada, pelo autor, de requerimento verbal ou escrito,
nda não submetido à deliberação do Plenário;
VI - Verificação de presença ou de votação;
VII - Informações sobre os trabalhos, a pauta ou a Ordem do Dia;
VIII- Requisição de documento, processos, livros ou publicações
istentes na Câmera, relacionados com a proposição em discussão no Plenário;
IX - Preenchimento de vagas em Comissão;
X - Requerimento para declaração de voto, antes de encerrada a
tação da matéria;
XI - Retificação ou impugnação das atas;
XII - Requerimento para suspensão dos trabalhos, nos termos re-
mentais;
XIII- Prorrogação de prazo para apresentação de parecer, nos
rmos regimentais.

Artigo 154º - Serão de alçada do Presidente da Câmara, os despa-
os, aos requerimentos escritos que solicitem:

I - Renúncia de membro da Mesa;
II - Audiência de Comissão, quando o requerimento for apresenta-
por outra;
III - Designação de Relator Especial;
IV - Juntada ou desentranhamento de documentos;
V - Informações, em caráter oficial, sobre atos da Mesa da Pre-
dência ou da Câmara;
VI - Constituição de Comissão de Representação;
VII - Cópias de documentos existentes no arquivo da Câmara;
VIII - Informações oficiais ao Prefeito formuladas pelos Verea-
res, ouvida preliminarmente a Comissão de Justiça e Redação, se assim entender
Presidente;
IX - Retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com pare-
er contrário;
X - Inclusão na Ordem do Dia de proposição a requerimento pelo
utor, Líder da Bancada, ou subscrita por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara;
XI - Revogação da convocação de sessão extraordinária nos termos
os parágrafos 1º e 2º do presente artigo;
XII - Justificativa de falta do Vereador a sessões plenárias.

§ 1º - Se, eventualmente a sessão extraordinária iniciada antes
sessão ordinária, prolongar-se até a hora da abertura desta última, poderá a
essão Ordinária ser suspensa mediante requerimento subscrito por 2/3(dois ter-
os) dos Vereadores presentes.

§ 2º - O requerimento a que alude o parágrafo anterior deverá
er entregue à Mesa até 15(quinze) minutos antes da hora prevista para abertura
sessão ordinária;

§ 3º - Os requerimentos de informações somente poderão referir-
a atos do Executivo, órgãos de administração indireta, autarquias e socieda-
s de economia mista municipais, no exercício de suas atribuições legais, cuja
scalização interesse ao Legislativo;

§ 4º - Não se admitirão requerimentos de informações dirigidos a
rticulares ou aos poderes Estadual ou Federal e de outros Municípios, suas au-
rquias ou sociedade de economia mista.

Artigo 155º - Encaminhando um requerimento de informações, e es-
s não forem prestadas dentro de 15(quinze) dias, o Presidente fará reiterar o
dido, através de ofício em que acentuará aquela circcunstância.

Artigo 156º - O Presidente deixará de encaminhar requerimentos
informações que contenham expressões pouco corteses e deixará de receber res-
sta que esteja vasada em termos tais que possam ferir a dignidade de algum Ve-
edor ou da Câmara.

Parágrafo Único - Ao Vereador, no exercício de seu mandato, e
clusivamente no desempenho de suas atribuições legislativas e fiscalizadoras,
ca assegurada assessoria jurídica quando houver ofensa à sua honra e dignida-
.

Artigo 157º - A Presidência é soberana na decisão sobre os re-
erimentos citados neste e no artigo anterior salvo os que, pelo próprio Regi-
nto, devam receber a sua simples anuência.

Parágrafo Único - Caso entender o Presidente que, determinado
querimento não deva ser encaminhado, solicitará pronunciamento da Comissão
mpetente e determinará a seguir, a sua inclusão na Ordem do Dia para delibera-
o final do Plenário.

Artigo 158º - Dependerá de deliberação do Plenário, será verbal
não sofrerá discussão o requerimento que solicite:

I - Prorrogação da sessão;
II - Destaque de matéria para votação;
III - Votação por determinado processo;
IV - Encaminhamento da discussão;
V - Dispensa da leitura da ata

Artigo 159º - Será de alçada do Plenário, a discussão e votação
s requerimentos escritos que solicitem:

I - Prorrogação da sessão;

II - Manifestação por motivo de luto nacional, falecimento de
rlamentar de qualquer legislatura, representantes dos Poderes Federal, Esta-
ual, Municipal e do Território, Ministro de Estado e Secretários Municipais e
readores;

III - Representação da Câmara em Comissão externa;
IV - Constituição de Comissão de documentos despachados a outra;
V - Inserção de documentos nos anais ou publicação de documen-
os não oficiais;
VI - Preferência;
VII - Retirada de proposição principal ou acessória, com pare-
er favorável;
VIII - Voto de pesar por falecimento;
IX - Convocação dos Secretários, Presidentes de autarquias, Pre-
identes de Orgãos de Administração indireta;
X - Informações oficiais ao Prefeito, em nome da Câmara, sobre
ssuntos referentes à administração municipal.

§ 1º - Serão votados na Ordem do Dia da sessão de sua apresenta-
ão, os requerimentos definidos nos itens "I", "III", "V", "VII", "VIII", "IX" e
X", do presente artigo.

§ 2º - Pedindo algum Vereador a palavra para discutir essas proposições, será a discussão aberta imediatamente, só podendo falar um representante de cada bancada, designado pelo seu Líder e durantrre o prazo improrrogável de 5(cinco) minutos.

§ 3º - Serão considerados aprovados, no momento de sua apresenção, os requerimentos definidos no ítem II, do presente artigo, desde que neum Vereador se proponha a discutir.

§ 4º - Para a votação dos requerimentos referentes aos itens V, e VI do presente artigo, será ouvida preliminarmente a Comissão de Justiça e dação.

§ 5º - Os requerimentos referentes ao iten IV do presente arti, terão o encaminhamento previsto pelo artigo 60 e seus parágrafos.

SECÇÃO IV
DAS INDICAÇÕES

Artigo 160 - Indicação á a proposição em que o Vereador ou Cossão sugere medida de interesse público aos poderes competentes.

Parágrafo único - Não é permitido dar forma de indicação em assntos reservados por este Regimento para se constituir em objeto de requerimen.

Artigo 161º - As indicações serão lidas no Expediente e encamiadas a quem de direito, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 1º - No caso de entender o Presidente, que a indicação não deser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao Plenário e solicitará o pronciamento da Comissão competente.

§ 2º - Se o parecer for favorável, a indicação será encaminhada se contrário, o Presidente incluí-la-à na Ordem do Dia para discussão e votao única.

SECÇÃO V
DOS PARECERES

Artigo 162º - Constitui proposição o parecer que deva ser discuido e votado pelo Plenário, quando não concluir pela apresentação de projeto, equerimento, substitutivo ou emenda, em separado.

Parágrafo único - Dispensa-se da discussão e votação o parecer avorável da comissão respectiva.

SECÇÃO VI
DOS SUBSTITUTIVOS E EMENDAS

Artigo 163º - Substitutivo é a proposição apresentada por Veador ou Comissão para substituir outra já apresentada sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único - Substitutivo apresentado à proposição já apro-
da em primeira discussão, prosseguirá a tramitação normal da inicial, para a
gunda discussão e votação.

Artigo 164º - Emenda é a proposição apresentada, como acessorio
outras e poderá ser:

I - Supressiva, é a que manda suprimir em parte, ou no todo, o
tigo, parágrafo ou inciso do projeto;

II - Substitutiva, é a que deve ser colocada em lugar do artigo,
rágrafo ou inciso do projeto;

III - Aditiva, é a que deve ser acrescentada aos termos do arti-
, parágrafo ou inciso do projeto;

IV - Modificativa, é a que se refere apenas à redação do artigo,
rágrafo ou inciso, sem alterar a sua substância.

Parágrafo Único - A emenda apresentada a outra emenda, denomi-
-se "subemenda".

Artigo 165º - Não serão aceitos substitutivos ou emendas que não nham relação direta com a matéria da proposição principal.

§ 1º - O autor da proposição que receber substitutivo ou emenda tranhos ao seu objeto, terá o direito de reclamar contra sua admissão, compe- nco ao Presidente da Câmara, decidir sobre a reclamação, cabendo recurso ao enário da decisão do Presidente.

§ 2º - Idêntico direito de recurso ao Plenário, contra os atos Presidente de refutar a proposição, caberá ao seu autor.

§ 3º - As emendas que não se referirem diretamente à matéria do ojeto, poderão ser destacadas para constituirem projetos em separado, sujeitos tramitação regimental.

§ 4º - O Prefeito poderá propor alterações aos projetos de sua iativa enquanto a matéria estiver na dependência do parecer das Comissões.

Artigo 166º - Os substitutivos serão admitidos: quando constan- s de parecer de Comissão Permanente, apresentados pelo autor ou qualquer ve- ador.

§ 1º - Não será permitido a Vereadores, à Comissão ou à Mesa, resentar mais de um substitutivo à mesma proposição, sem prévia retirada do teriormente apresentado.

§ 2º - O substitutivo oferecido por qualquer Comissão, terá pre- rência, para votação, sobre o do autor, este sobre o dos Vereadores, e estes, nalmente, sobre a proposição.

§ 3º - A apresentação de um substitutivo prejudica os demais, m como a proposição original.

Artigo 167º - As emendas, antes de aprovado o projeto ou substi- tivo, serão votadas, uma a uma, na ordem direta de sua apresentação, exceto nte às de autoria de Comissão, que terão sempre preferência.

§ 1º - A requerimento de qualquer Vereador com autorização do erario, poderão as emendas serem votadas em grupos, devidamente especificadas, em bloco.

§ 2º - Não se admite pedido de preferência para votação de emen- s e, caso englobadas ou agrupadas para votação, não será facultado o pedido de staque.

§ 3º - As emendas rejeitadas não poderão ser reapresentadas.

Artigo 168º - A emenda à redação final só será admitida, para itar incorreção, incoerência, contradição evidente ou absurdo manifesto.

SECÇÃO VII
DAS MOÇÕES

Artigo 169º - Moção é a proposição que o Vereador sugere a mani- estação da Câmara sobre determinado assunto, apelando, aplaudindo ou protestan- o.

Parágrafo Único - Recebida pela Mesa, será a Moção encaminhada à omissão de Justiça e Redação para emitir parecer e posteriormente incluída na rdem do Dia, para discussão e votação única.

Artigo 170º - Se, durante a discussão, forem oferecidas emendas, ão se procederá a votação, enquanto não houver novo pronunciamento da Comissão e Justiça e Redação.

Parágrafo Único - Neste caso, o parecer poderá ser verbal, no to se assim for requerido e o Plenário aprovar.

CAPÍTULO II
DA RETIRADA DE PROPOSIÇÕES

Artigo 171º - O autor poderá solicitar, em qualquer fase da aboração legislativa, a retirada de sua proposição, cabendo ao Presidente de- rir o pedido quando ainda não houver parecer ou este lhe for contrário.

Parágrafo único - Se a proposição tiver parecer favorável de uma missão, embora o tenha contrário de outra, caberá ao Plenário decidir o pedido retirada.

Artigo 172º - O autor poderá solicitar em qualquer fase de ela- ração legislativa a retirada de sua proposição.

§ 1º - Se a matéria ainda não estiver sujeita à deliberação do enário, compete ao Presidente deferir o pedido.

§ 2º - Se a matéria já estiver submetida ao Plenário, compete à te a decisão.

§ 3º - O disposto no "caput" deste artigo não se aplica aos pro- tos de autoria do Executivo.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS

Artigo 173º - Os recursos contra os atos do Presidente da Câma- , serão interpostos dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da orrência, por simples petição a ele dirigido.

§ 1º - O recurso será encaminhado ao Presidente, para contestá- e, em seguida, à Comissão de Justiça e Redação, que opinará a respeito e, se r o caso, elaborará projeto de resolução.

§ 2º - A Comissão terá o prazo de 10 (dez) dias para emitir pa- cer e o Presidente da Câmara deverá, dentro de dez (10) dias, incluí-lo na Or- m do Dia.

§ 3º - Os prazos estabelecidos neste artigo e parágrafos, serão tais e correrão dia a dia.

§ 4º - O parecer da Comissão, sendo favorável ao acolhimento do curso, concluirá com a apresentação de projeto de resolução e, caso contrário, limitará a emitir o parecer, prevalecendo a decisão que originou o recurso sde que aprovado pelo Plenário.

§ 5º - O parecer contrário ao acolhimento do recurso, se rejei- do pelo Plenário, o Presidente designará uma Comissão de 3 (três) Vereadores ra elaborar o projeto de resolução, que será incluído na Ordem do Dia da ses- o subsequente.

§ 6º - O parecer da Comissão, se contrário ao recurso, poderá ncluir com projeto de resolução, para incorporar a decisão recorrida ao Regi- nto Interno, se assim entender a Comissão.

CAPÍTULO IV
DA URGÊNCIA

Artigo 174º - A urgência é a dispensa das exigências regimen- is, salvo a de número legal e de parecer, mesmo verbal, para que determinada roposição seja imediatamente considerada. Para a concessão deste regime de tra- itação, serão obrigatóriamente observadas, as seguintes normas e condições:

I - Concedida a urgência para projeto que não conte com pare- eres, as Comissões competentes emitirão em Plenário.

II - Na ausência ou impedimento de membros das Comissões, o residente da Câmara designará os substitutos.

Artigo 175º - A concessão da urgência dependerá de requerimento escrito, que somente será submetido à deliberação do Plenário, se for apresentado com a necessária justificativa e subscrito:

I - Pelo Prefeito em matéria de sua iniciativa;

II - Pela Mesa em matéria de sua autoria;

III - Por Comissão competente, para opinar sobre o mérito da proposição

IV - Por maioria absoluta dos Vereadores.

Artigo 176º - Somente será considerada sob regime de urgência, a matéria que, examinada objetivamente, evidencie necessidade premente e atual, de tal sorte que não sendo tratada desde logo, resulte em grave prejuízo, perdendo sua oportunidade ou aplicação.

§ 1º - O requerimento de urgência poderá ser apresentado em qualquer ocasião, mas somente será anunciado e submetido ao Plenário durante o tempo destinado à Ordem do Dia.

§ 2º - Aprovado o requerimento de urgência pela maioria dos Vereadores, entrará imediatamente a matéria respectiva em discussão.

§ 3º - O requerimento de urgência não sofrerá discussão.

Artigo 177º - Se a matéria em regime de urgência não for decidida durante a sessão, deverá o Presidente consultar o Plenário, na sessão seguinte, sobre se a urgência deve perdurar. Se esta não for mantida, a proposição será, automaticamente, a seguir os trâmites ordinários.

Artigo 178º - Tramitarão ainda, em regime de urgência, os casos de segurança e calamidade pública, devendo nesses casos, interromper-se de imediato o andamento normal da sessão para tratar da matéria em causa.

TÍTULO VIII
DOS DEBATES E DAS DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I
DAS DISCUSSÕES

SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 179º - Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário.

Artigo 180º - Os projetos de lei, de resolução, de decreto legislativo e as proposições que devam ser submetidas ao Plenário, em geral, serão submetidos a uma só discussão e votação.

§ 1º - Dependerão de duas discussões e duas votações os Projetos que versam sobre:

I - Lei do Orçamento;

II - Plano Diretor;

III - Criação de cargos no serviço público Municipal;

IV - Remuneração de Servidores Públicos Municipais e seu regime jurídico;

V - Cassação do Prefeito ou Vereadores;

VI - Aprovação ou alteração de Códigos ou Estatutos;

VII - Lei Orgânica;

§ 2º - Não é permitida a realização de segunda discussão de um projeto na mesma sessão em que se discutir em primeira, ainda que em regime de urgência, ressalvados os casos de calamidade pública.

§ 3º - Será permitida em sessão extraordinária a discussão do projeto em segunda discussão e redação final, na mesma data da sessão ordinária.

Artigo 181º - As Moções serão submetidas a uma só discussão, com redação original e não sofrerão emendas.

§ 1º - Aplica-se, também, o mesmo critério deste artigo para os requerimentos e as indicações sujeitas a debates e deliberação do Plenário.

§ 2º - Nessa discussão única, a matéria deverá ser apreciada em todos os seus aspectos.

Artigo 182º - Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo aos Vereadores as seguintes determinações regimentais:

I - exceto o Presidente, deverão falar em pé, salvo quando enfermo solicitar autorização para falar sentado;

II - dirigir-se sempre ao Presidente da Câmara, voltado para a mesa salvo quando reponder a aparte;

III - não usar da palavra nem solicitar, e sem receber o consentimento do Presidente;

IV - referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento Senhor e Excelência;

Artigo 183º - O Vereador só poderá falar:

I - para apresentar retificação ou impugnação da ata;

II - no expediente, quando inscrito na forma do artigo 115º, deste Regimento;

III - para discutir matéria em debate;

IV - para apartear, na forma Regimental;

V - Pela Ordem, para apresentar questão na observância de disposição regimental ou solicitar esclarecimentos da Presidência sobre a ordem dos trabalhos;

VI - para encaminhar à votação, nos termos do artigo 203º, § 2º, deste Regimento;

VII - para justificar requerimento de urgência especial;

VIII - para justificar o seu voto;

IX - para explicação pessoal, nos termos do artigo 122º, deste Regimento;

X - para apresentar requerimento, nas formas dos artigos: 92º, 153º e 158º, deste Regimento.

§ 1º - O Vereador que solicitar a palavra deverá, inicialmente declarar a que título dos ítens deste artigo pede a palavra e não poderá:

a) - usar da palavra com a finalidade diferente da alegada para qual solicitar.

b) - desviar-se da matéria em debate;

c) - falar sobre matéria vencida;

d) - usar de linguagem imprópria;

e) - ultrapassar o prazo que lhe competir;

f) - deixar de atender as advertências do Presidente;

§ 2º - O Presidente solicitará do orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

a) - para leitura de requerimento de urgência Especial;

b) - para comunicação importante à Câmara;

c) - para votação de requerimento de prorrogação da Sessão;

d) - para recepção de visitantes;

e) - para atender o pedido de palavra "pela ordem" para propor questão de ordem regimental.

§ 3º - Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, O Presidente concederá, obedecendo a seguinte ordem de Preferência:

a) - ao autor;

b) - ao relator;

c) - ao autor do substitutivo, emenda ou subemenda;

§ 4º - Cumpre ao Presidente dar a palavra, alternadamente, a em seja pró ou contra a matéria em debate, quando não prevalecer a ordem de- rminada no parágrafo anterior.

SECÇÃO II
DO ENCERRAMENTO

Artigo 184º - O encerramento da discussão dar-se-á:
I - por inexistência de oradores inscritos;
II - pelo decurso de prazo regimental;
III - a requerimento de qualquer Vereador, mediante deliberação Plenário.

§ 1º - Só poderá ser proposto o encerramento da discussão, nos rmos do item III do presente artigo, quando sobre a matéria, já tenha falado, lo menos 04 (quatro) Vereadores.

§ 2º - O Requerimento de encerramento da discussão comporta apes o encaminhamento da votação.

§ 3º - Se o requerimento de encerramento da discussão for rejeido, só poderá ser reformulado depois de terem falado no mínimo, mais 03 (três) readores.

SECÇÃO III
DO ADIAMENTO E DO PEDIDO DE VISTA

Artigo 185º - O requerimento de adiamento da discussão ou da vação de qualquer proposição estará sujeito à deliberação do Plenário e somente derá ser proposto no início da Ordem do Dia ou durante a discussão da proposio a que se refere, podendo ser escrito ou verbal.

§ 1º - A apresentação do requerimento não pode interromper o ador que estiver com a palavra e o adiamento deve ser proposto por tempo de- rminado.

§ 2º - Apresentados dois (02) ou mais requerimentos de adiamen- será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§ 3º - Somente será admissível o requerimento de adiamento da scussão ou da votação de projetos, quando estes estiverem sujeitos ao regime tramitação ordinária.

Artigo 186º - O pedido de vista de qualquer proposição estará jeito à deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto durante a dis- ssão da mesma, admitindo-se o pedido no início da Ordem do Dia, quando se tra- r de matéria constante de sua respectiva pauta e que esteja dentro do prazo gimental.

Parágrafo único - O prazo máximo de vista é de 07 (sete) dias nsecutivos.

SECÇÃO IV
DOS APARTES

Artigo 187º - Aparte é a interrupção do orador, para indagação esclarecimento relativo à matéria em debate:

§ 1º - O Vereador só poderá apartear o orador, e, ao fazê-lo, everá permanecer em pé.

§ 2º - O aparte deve ser expresso em termos corteses, e não poerá exceder de 01 (um) minuto.

§ 3º - Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos, ou sem cença do orador.

§ 4º - Não é permitido apartear ao Presidente, ao orador que fa- "pela ordem", ou pela liderança para encaminhamento de votação ou de justifi- tiva de voto.

§ 5º - Quando o orador negar o aparte solicitado, não lhe será rmitido dirigir-se, diretamente aos Vereadores presentes.

SECÇÃO V
DAS QUESTÕES DE ORDEM

Artigo 188º - Questão de ordem é toda dúvida levantada em Plená- o quanto à interpretação do Regimento na sua prática, ou relacionada com às nstituiçoes.

Artigo 189º - As questões de ordem devem ser formuladas com cla- za e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elu- dar.

Parágrafo único - Se o Vereador, ao levantar uma questão de or- m, não observar o disposto neste artigo, o Presidente poderá, desde logo, cas- r-lhe a palavra, determinando ainda que não se faça registro dela nos anais da mara.

Artigo 190º - Caberá ao Presidente resolver, soberanamente, as estões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão ou iticá-las na sessão em que for proferida.

Parágrafo único - O Presidente poderá submeter a questão de or- m à decisão do Plenário.

CAPÍTULO II
DAS VOTAÇÕES

SECÇÃO I
DISPOSIÇÃO PRELIMINARES

Artigo 191º - Votação é o ato complementar da discussão, através qual o Plenário manifesta a sua vontade deliberativa.

§ 1º - Considera-se qualquer matéria em fase de votação, a par- r do momento em que o Presidente declara encerrada a discussão.

§ 2º - Durante a fase de votação declarado pelo Presidente, po- r-se-á:

a) - encaminhar a votação;
b) - requerer votação nominal;
c) - suspender a sessão a requerimento das lideranças nos termos ste Regimento;
d) - requerer verificação de " quorum ".

§ 3º - Iniciada a votação propriamente dita, esta não poderá ser nterrompida e se, no curso da mesma, esgotar-se o tempo destinado à sessão, es- será dada por prorrogada até que se conclua por inteiro, a votação da maté- , ressalvada a hipótese da falta de número para deliberação caso em que a essão será encerrada imediatamente.

Artigo 192º - O voto será sempre público nas deliberações da Câ- ra, em Plenário ressalvados os casos previstos neste Regimento.

SECÇÃO II
DO "QUORUM"

Artigo 193º - As deliberações da Câmara serão tomadas por maio-
a de seus membros, salvo nos casos regulados por legislação superior e neste
gimento Interno.

Artigo 194º - As deliberações, do Plenário serão tomadas:

I - por maioria absoluta;

II - por maioria simples de votos;

III - por 2/3 (dois terços) de votos da Câmara;

§ 1º - A maioria absoluta diz respeito à totalidade dos membros
Câmara e a maioria simples dos Vereadores presentes à Sessão.

§ 2º - As deliberações, salvo disposição em contrário, serão TO-
DAS POR MAIORIA de votos, presentes a maioria dos Vereadores.

§ 3º - Dependerão de voto favorável da maioria dos membros da
mara a aprovação e as alterações das seguintes matérias:

a) - Código de Obras ou de Edificações;

b) - Código Tributário do Município;

c) - Estatuto dos Servidores Municipais;

d) - Regimento Interno da Câmara;

e) - Criação de cargos e aumento de vencimentos de servido-
s;

f) - Aprovação a alteração do Plano Diretor de Desenvolvimen-
Integrado;

g) - Concessão de Serviços Públicos;

h) - Concessão de direito real de uso;

i) - Alienação de bens imóveis;

j - Rejeição do veto;

§ 4º - Dependerão de voto favorável de dois terços (2/3) dos
mbros da Câmara, as Leis concernentes a:

I - Obtenção de empréstimos de particular;

II - Pedido de intervenção no Município;

III - Representação contra a inconstituicionalidade de Lei ou
r Municipal;

IV - Rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas;

V - Aprovação de representação solicitando a alteração do
me do Município;

VI - Alteração de denominação de próprios e logradouros Munici-
is;

VII - Concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra
nraria ou homenagem.

§ 5º - Dependerá, ainda, do mesmo quorum estabelecido no pará-
afo anterior, a declaração de afastamento definitivo do cargo de Prefeito, ou
reador, julgado nos termos do Decreto Lei Federal nº 201 de 27/02/67, bem como
caso previsto no art. 232, deste Regimento.

§ 6º - Dependerá do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos Ve-
adores presentes:

a) - rejeição da solicitação de licença do cargo de Prefei-
.

§ 7º - A votação das proposições, cuja aprovação exija "quorum"
pecial, será renovada tantas vezes quantas forem necessárias, no caso de atin-
r apenas a maioria simples.

Artigo 195º - Quando a matéria for declarada em votação o Verea-
r não poderá deixar o Plenário, pois a sua presença será computada para efeito
"quorum", cabendo a qualquer Vereador, no ato, alertar o Presidente para as
vidas providências.

Artigo 196º - O Vereador presente à sessão, no ato em que a ma-
ria é declarada em votação, não poderá recusar-se de votar, devendo porém,
ster-se quando tiver interesse pessoal manifesto na deliberação, sob pena de
lidade da votação, quando seu voto for decisivo.

Parágrafo único - O Vereador que se considerar impedido de vo-
r, nos termos do presente artigo, fará a devida comunicação ao Presidente,
mputando-se, todavia sua presença para efeito de "quorum".

Artigo 197º - Nenhum projeto poderá ser votado, sem que haja em
enário o número de Vereadores exigido para esta votação.

Parágrafo único - O Presidente será contado para efeito de "quo-
m", apenas para prosseguimento dos trabalhos, ressalvados os casos em que seu
o seja obrigatório.

SECÇÃO III
DOS PROCESSO DE VOTAÇÃO

Artigo 198º - Os processos de votação são 2 (dois), a saber:
a) - simbólico;
b) - nominal;
~~c) - secreto~~.

§ 1º - No processo de votação simbólico, o Presidente convidará
Vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados, e os que forem
ntrários, a se levantarem, procedendo, em seguida, a necessária contagem e a
oclamação do resultado.

§ 2º - No processo nominal de votação, o primeiro Secretário
ocederá a chamada dos Srs. Vereadores que responderão "sim" ou "não", segundo
am favoráveis ou contrários à proposição em votação.

§ 3º - Terminada a chamada de votação, ato contínuo, o primeiro
cretário enunciará o nome dos Vereadores que votaram "sim" ou "não" e os au-
ntes.

§ 4º - O Vereador que não responder a qualquer das chamadas, an-
s da proclamação do resultado, não poderá mais votar nem retificar o seu voto.

§ 5º - O Presidente, após a segunda chamada proclamará o resul-
do, determinando a juntada da cópia da votação ao processo.

Artigo 199º - Iniciada a votação de determinada proposição pelo
ocesso nominal nao poderá ser adotado outro em qualquer fase da tramitação re-
mental.

Artigo 200º - Proceder-se-á obrigatóriamente a votação pelo pro-
sso nominal para as seguintes matérias:

I - Eleição da mesa;
II - Destituição de Membros da Mesa;
III - Cassação de mandato de Prefeito vice-Prefeito e Vereado-
s;
IV - Aprovação de contas do Prefeito e da Mesa;
V - Concessão de Serviços Públicos;
VI - Outorga de direito real de concessão de uso;
VII - Alienação de bens imóveis;
VIII - Aquisição de bens imóveis por doação com encargos;
IX - Aprovação ou modificação do Plano Diretor de Desenvolvi-
nto;
X - Empréstimos de particular;
XI - Aprovação ou alteração do Regimento Interno da Câmara;
XII - Aprovação ou alteração de Códigos ou Estatutos;
XIII - Criação de cargos no quadro do funcionlismo municipal in-
usive da Câmara;

XIV - Concessão de títulos honoríficos ou qualquer outra honraria;

XV - Requerimento de convocação de Secretário Municipal ou Presidente de Orgão de Administração Direta ou Indireta de âmbito municipal;

XVI - Requerimento de urgência;

XVII - Demais matérias, para sua aprovação, que dependam do voto favoráveis de 2/3(dois terços) dos membros da Câmara.

Artigo 201 - O processo de votação ~~secreto será utilizado no caso~~, de veto do Executivo, total ou parcial, obedecerá o disposto anterior.

SECÇÃO IV
DA VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO

Artigo 202º - Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado da votação simbólica proclamada pelo Presidente poderá requerer verificação nominal de votação.

§ 1º - O requerimento de verificação de votação, será de imediato atendido pelo Presidente.

§ 2º - Nenhuma votação admitirá mais de uma verificação.

§ 3º - Ficará prejudicado o requerimento de verificação de votação, caso não se encontre presente, no momento em que for chamado pela primeira vez, o Vereador que o requereu.

§ 4º - Prejudicado o requerimento de verificação de votação, pela ausência de seu autor, ou por pedido de retirada, faculta-se a qualquer outro Vereador reformulá-lo.

§ 5º - Durante a verificação de votação, será vedada a retificação de voto.

SECÇÃO V
DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO

Artigo 203º - A partir do instante em que o Presidente declarar discussão encerrada, poderá ser solicitada a palavra para encaminhamento da votação.

§ 1º - No encaminhamento da votação, será assegurado ao autor e cada bancada, por um de seus membros, falar apenas uma vez por 3 (três) minutos, para propor a seus pares a orientação quanto ao mérito da matéria a ser votada, sendo vedados os apartes.

§ 2º - Ainda que haja no processo substitutivos, emendas e subemendas, haverá apenas um encaminhamento de votação, que versará sobre todas as peças do processo.

SECÇÃO VI
DA DECLARAÇÃO DE VOTO

Artigo 204º - Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrário ou favoravelmente à matéria votada.

Artigo 205º - A declaração de voto a qualquer matéria, far-se-á de uma só vez, depois de concluída, por inteiro a votação de todas as peças do processo.

§ 1º - Em justificativa de voto, cada Vereador dispõe de 5 (cinco) minutos, sendo vedados os apartes.

§ 2º - Qundo a justificativa de voto estiver formuláda por escrito, poderá o Vereador solicitar a sua inclusão no respectivo processo e na ata dos trabalhos.

CAPÍTULO III
DA REDAÇÃO FINAL

Artigo 206º - Ultimada a fase da votação, será a proposição, se houver substitutivo, emenda ou subemenda aprovados, ~~se~~ enviada a Comissão de Justiça e Redação, para elaborar a redação final.

Parágrafo Único - Excetuam-se no disposto neste artigo, os Projetos de Lei orçamentária que serão enviados à Comissão de Economia e Finanças alterando ou modificando o Regimento Interno que serão enviados à mesa.

Artigo 207º - A Redação Final será discutida e votada depois de lida em Plenário. Podendo ser dispensada a leitura, a requerimento de qualquer Vereador.

§ 1º - Sómente serão admitidas emendas à Redação Final para evitar incorreções de linguagem ou contradição evidente.

§ 2º - Aprovado qualquer emenda ou rejeitada a Redação Final, a proposição voltará à Comissão de Justiça e Redação para a elaboração de nova Redação Final.

§ 3º - A nova Redação final considerar-se-á aprovada se contra a não conterem 2/3 (dois terços) dos Vereadores.

TÍTULO IX
ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

CAPÍTULO I
DOS CÓDIGOS

Artigo 208º - Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático visando estabelecer os princípios gerais do sistema e aprovar, completamente, a matéria tratada.

Artigo 209º - Os projetos de Códigos, depois de apresentados ao Plenário, serão publicados, distribuídos por cópias aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Economia e Finanças.

§ 1º - Durante o prazo de 15 (quinze) dias poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emendas a respeito.

§ 2º - A Comissão terá mais 15 (quinze) dias para exarar o parecer, ao Projeto e às emendas apresentadas.

§ 3º - Decorrido o prazo, ou antes, se a Comissão antecipar o seu parecer entrará o processo para a pauta da Ordem do Dia.

Artigo 210º - Na primeira discussão, o projeto será discutido e votado por capítulos salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

§ 1º - Aprovada a primeira discussão, com emendas, voltará a Comissão por mais 15 (quinze) dias, para incorporação das mesmas ao texto do projeto original.

§ 2º - Ao atingir este estágio de discussão, seguir-se-á a tramitação normal dos demais projetos, sendo encaminhdos à Comissão de Justiça e Redação.

Artigo 211º - Não se aplicará o regime deste capítulo aos projetos que cuidam de alterações parciais de Códigos.

CAPÍTULO II
DO ORÇAMENTO

Artigo 212º - Recebida a proposta orçamentária do Prefeito, dentro do prazo legal, será ela lida em resumo, no Expediente e publicada, permanecendo logo após, em pauta, durante 02 (duas) sessões para recebimento de emendas.

§ 1º - A seguir, será a proposta orçamentária encaminhada à Comissão de Justiça e Redação que a apreciará dentro do prazo de 05 (cinco) dias seu aspecto constitucional.

§ 2º - Recebido o parecer da Comissão de Justiça e Redação será proposta orçamentária encaminhada à Comissão de Finanças e Orçamento para que prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste sobre o mérito da proposição e das endas.

§ 3º - Para maior facilidade do estudo da matéria, poderá a Comissão de Finanças e Orçamento dividir a proposta da despesa orçamentária por rres, cabendo neste caso a cada relator, apreciar uma das partes e, ao Presite da Comissão elaborar o parecer geral;

§ 4º - Se qualquer das Comissões deixar de dar parecer nos prazos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo o Presidente designará 03 (três) Vereadores, para em conjunto e dentro do prazo de 10 (dez) dias, emitir o parecer.

Artigo 213º - Depois de devidamente instruídas com os pareceres s Comissões a proposta orçamentária e as emendas serão incluídas na Ordem do a para primeira discussão e votação, iniciando pelas emendas, uma a uma, e os englobadamente.

§ 1º - Cada Vereador poderá, nessa fase de discussão, falar pelo aso máximo de 10 (dez) minutos, com direito à cessão desse prazo.

§ 2º - Para falar, terão preferência os autores de emendas e, re estes, os relatores, observadas, em ambos os casos, a ordem de inscrição.

§ 3º - Só poderá oferecer emendas desde que sejam em caráter estritamente técnico, ou retificativo.

§ 4º - Encerrados os prazos previstos, voltará a proposta orçamentária à Comissão de Finanças e Orçamento para pronunciar-se sobre as emendas, prazo de 05 (cinco) dias, findos os quais retornará o projeto à Ordem do Dia, ra 2ª discussão e votação.

§ 5º - Na 2ª discussão, observar-se-á o disposto nos parágrafos e 2º, sendo a respectiva votação feita com as emendas correspondentes.

§ 6º - Encerrada a votação, será a proposta orçamentária encaminhada à Comissão de Finanças e Orçamento, para elaborar a redação final, no prazo máximo de 10 (dez) dias;

§ 7º - Se forem apresentadas emendas, serão estas votadas em primeiro lugar, após parecer verbal da Comissão de Finanças e Orçamento, que deverá ser proferido na mesma sessão. Aprovada qualquer emenda, a Mesa solicitará vo parecer da Comissão de Finanças e Orçamento antes de encaminhar o respectivo autógrafo ao Poder Executivo.

Artigo 214º - No projeto de lei orçamentária não poderá figurar sposição que:

I - Não indique especificamente o total da receita cuja arrecadação se autoriza;

II - Não corresponda à tributação vigente;

III - Consigne despesa para o exercicio diverso daquele que a ei vai reger;

IV - Autorize ou consigne dotação para função, ou cargo efetivo não, e serviço ou repartição, não criados anteriormente em lei;

V - Não interfira, direta ou precisamente, na lei de orçamen-

Artigo 215º - Não serão recebidas pela Mesa, emendas que:
I - Sejam incompatíveis com o plano plurianual e com a Lei de retrizes Orçamentárias do Município;
II - Não indiquem os recursos necessários, admitidos, apenas, provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:
a) - Dotações para pessoal e seus encargos;
b) - Serviços da dívida do Município;
III - Não sejam relacionadas:
a) - Com correção de erros ou omissões;
b) - Com dispositivos do texto do projeto de lei.

Artigo 216º - À Comissão de Economia e Finanças, será permitido nar sobre as emendas, propor modificações ao projeto e às emendas, oferecer vas e apresentar substitutivo de ordem geral, não podendo as emendas diminuir receita, aumentar a despesa e as que se referirem a vantagens ao funcinalismo.

Artigo 217º - A discussão e votação do orçamento terão preferên- a sobre qualquer outra matéria, inclusive a que estiver em regime de urgência, lvo deliberação contrária do Plenário.

Artigo 218º - Não tendo o Prefeito enviado até 30 (trinta) de tembro a proposta orçamentária, o Presidente determinará à Comissão de Econo- s e Finanças que elabore, dentro de 20 (vinte) dias, tomando por base o orça- nto vigente.

Parágrafo único - A proposta assim apresentada, obedecerá quanto tramitação, o disposto neste Regimento.

Artigo 219º - Se até 10 (dez) de Dezembro, a Câmara não devolver proposta orçamentária ao Executivo para sanção, o Prefeito promulgará como lei, rojeto originário.

Artigo 220º - Aplicam-se ao orçamento Plurianual de Investimen- s, as regras estabelecidas neste capítulo para o orçamento programa, executan- tão somente, o prazo para aprovação da matéria.

Artigo 221º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para opor a modificação de projeto de lei orçamentária (anual ou plurianual), en- anto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Parágrafo único - Através de proposição, devidamente justifica- , o Prefeitopoderá, a qualquer tempo, propor à câmara a revisão do Orçamento urianual de Investimentos, assim como o acréscimo de exercícios para substi- ir os já vencidos.

Artigo 222º - O orçamento Plurianual de Investimentos, que rangerá no mínimo, período de 3 (três) anos consecutivos, terá suas dotações uais incluídas no orçamento de cada exercício.

Artigo 223º - Para discussão e votação da matéria, a Câmara fun- onará, se necessário, em sessões extraordinárias, de modo que a discussão e tação do orçamento estejam concluídas até a data prevista de 30 (trinta) de vembro.

CAPÍTULO III
DO REGIMENTO INTERNO

Artigo 224º - As interpretações do Regimento serão feitas pelo esidente da Câmara em assunto controvertido e somente constituirão precedentes gimentais a requerimento de qualquer vereador, aprovado pelo "quorum" de maio- a absoluta.

Parágrafo único - Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa rá a consolidação de todas as modificações feitas no regimento bem como dos cedentes regimentais publicando-os em separata.

Artigo 225º - Os casos não previstos neste Regimento serão sub-tidos ao Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais, mediante querimento aprovado pela maioria absoluta dos vereadores.

Artigo 226º - Qualquer projeto de resolução modificando o Regi-nto Interno, depois de ser dado conhecimento ao Plenário e publicado, permane-rá em pauta durante 3 sessões, para recebimento de emendas.

§ 1º - Findo esse prazo, a Mesa emitirá parecer sobre o projeto, ntro do prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º - Caso receba emendas durante a primeira discussão, voltará projeto à Mesa que emitirá parecer sobre as emendas no prazo de 3 (três) dias, seguida, será incluído na Ordem do Dia para a segunda discussão.

§ 3º - Durante a discussão, cada Vereador poderá falar pelo pra-de 5 (cinco) minutos, com direito à cessão da palavra à exceção do relator e falará pelo prazo de 10 (dez) minutos.

§ 4º - Encerrada a fase da discussão, proceder-se-à a votação, e poderá ser realizada em bloco ou por partes, por iniciativa da Mesa ou de alquer Vereador, ouvido o Plenário.

§ 5º - Procedida a votação na 2ª discussão, será o projeto de olução encaminhado da Comissão de Redação, para a redação final, que será metida ao Plenário, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

§ 6º - Aprovada a redação final, a Mesa terá o prazo de 10 (dez) as para promulgação.

§ 7º - O Projeto de resolução que visa alterar o Regimento In-rno somente será aceito pela Mesa, quando proposto por maioria absoluta dos mbros da Câmara.

CAPÍTULO IV
DOS TÍTULOS HONORÍFICOS

Artigo 227º - Por via de Decreto Legislativo, aprovado em dis-ssão e votação únicas, pelo voto nominal de, no mínimo 2/3 (dois terços) de us membros, a Câmara poderá conceder título de cidadão honorário ou qualquer tra honoraria ou homenagem a personalidades ou entidades nacionais ou estran-iras radicadas no País, comprovadamente dignos de honorária.

§ 1º - A Câmara poderá,também, conceder o título a pessoas radi-das ou não no Município, mas que tenham prestado relevantes serviços a Prima-ra do Leste, fazendo entrega em Sessão Solene, de pergaminho alusivo ao fato.

§ 2º - Os títulos referidos no presente artigo, poderão ser con-ridos a personalidade ou entidades estrangeiras, mundialmente consagradas pe-s serviços prestados à humanidade, não se aplicando nesta hipótese, o disposto parágrafo anterior nem a exigência da radicação no país, constante do "caput" ste artigo.

Artigo 228º - O projeto de concessão de títulos honoríficos obe-cerá à seguinte tramitação:

I - Deverá vir anexado como requisito essencial, circunstan-ada biografia da pessoa ou o histórico da entidade que se deseja homenagear.

II - Relação circunstânciada dos trabalhos e serviços presta-s à cidade ou à humanidade pela pessoa ou entidade a quem se pretende prestar homenagem.

III - Preliminarmente o projeto deverá ser subscrito apenas pe- autor.

Artigo 229º - Periodicamente o Presidente constituirá uma Comis-o Especial de 5 (cinco) Vereadores para opinar sobre as proposições dessa na-reza em tramitação.

§ 1º - A Comissão de que trata o presente artigo, terá o prazo 15 (quinze) dias para emitir parecer;

§ 2º - A votação na Comissão será por escrutínio secreto.

§ 3º - Somente após receber parecer favorável da Comissão é que derá ser dado a público, o nome do homenageado.

§ 4º - As proposições que obtiverem parecer contrário, serão no- mente lacradas pela Comissão e arquivadas por despacho da Mesa da Câmara Muni- pal.

Artigo 230º - As proposições que receberem parecer favorável, rão por despacho da Mesa da Câmara Municipal, [illegible] dos membros da Câmara.

Parágrafo único - Cumprida a exigência do presente artigo, a [illegible] será encaminhada à Mesa da Câmara Municipal para ser incluída na Or- m do Dia, a critério da Presidência.

Artigo 231º - As proposições com insuficiência de documentos igidos, serão devolvidas ao autor, devidamente lacradas, que as completará, ocedendo a novo encaminhamento.

Artigo 232º - Não se consideram serviços relevantes prestadosa [illegible], os atos praticados por dever de ofício, por autoridades constituí- s.

Artigo 233º - A entrega dos títulos honoríficos e demais honora- as, será feita em Sessão Solene, ou especificamente convocada pelo Presidente Câmara, para esse fim.

Parágrafo único - Nas sessões a que alude o presente artigo para lar em nome da Câmara, só será permitida a palavra do Vereador designado pelo esidente como orador oficial e do homenageado.

CAPÍTULO V
DA TOMADA DE CONTAS

Artigo 234º - O controle externo de fiscalização financeira e çamentária, será exercido pela Câmara Municipal com o auxílio do Tribunal de ntas competente.

§ 1º - Recebidos os processos do Tribunal de Contas competente, m os respectivos pareceres prévios, a Mesa dará conhecimento ao Plenário e en- minhará á comissão de Economia e Finanças para opinar, apresentando o respec- vo projeto de Decreto Legislativo e de resolução.

§ 2º - A Comissão de Economia e Finanças terá o prazo de (quinze) dias para apresentar os pareceres, concluindo por Projeto de Decreto gislativo e Projeto de Resolução, relativos às contas do Prefeito e da Mesa, spectivamente, dispondo sobre sua aprovação ou rejeição.

§ 3º - Se a Comissão não exarar os pareceres no prazo indicado, Presidência designará um relator especial, que terá prazo de 3 (três) dias im- orrogáveis, para consubstanciar os pareceres do Tribunal de Contas nos respec- vos projetos de Decreto Legislativo e de Resolução.

Artigo 235º - Recebido o processo com parecer da Comisssão de onomia e Finanças ou ao relator especial, depois da publicação a Mesa mandará cluí-lo na pauta da Ordem do Dia da sessão imediata.

Parágrafo único - Se houver pedido de informação, voltará o pro- sso à comissão de Economia e Finanças, ou ao relator especial, para se mani- star, reincluindo-se, a seguir, na Ordem do Dia.

Artigo 236º - As referidas proposições só poderão receber emen- s durante a sua discussão.

Parágrafo único - Terminada a votação, se aprovadas emendas, ltará o processo à Comissão de Economia e Finanças, para a redação final.

Artigo 237º - As proposições somente poderão serrejeitadas por cisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Parágrafo único - Rejeitadas as contas, os processos serão reme- dos imediatamente ao Ministério Público, para os devidos fins.

Artigo 238 - Cabe a qualquer Vereador o direito de acompanhar os tudos da Comissão de Economia e Finanças, no período em que o processo estiver ntregue à Mesma.

Artigo 239º - As sessões em que se discutem as contas terão o pediente reduzido a trinta minutos, contados do final da leitura da ata, fi- ndo a Ordem do Dia, preferencialmente, reservada a essa finalidade.

TÍTULO X
DO EXECUTIVO

CAPÍTULO I
DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

Artigo 240º - O projeto, aprovado pela Câmara, será enviado ao efeito dentro de 10 (dez) dias úteis, contados da data da sua aprovação, para nção e promulgação

§ 1º - O membro da Mesa não poderá, sob pena de destituição, re- sar-se a assinar o autógrafo;

§ 2º - Os autógrafos de lei, antes de serem remetidos ao Prefei- , serão registrados em livro próprio, assinados pelos membros da Mesa e arqui- dos na Secretaria da Câmara, procedendo-se da mesma forma com os processos de cretos ligislativos e de resoluções.

Artigo 241º - Se o Prefeito julgar o processo, no todo ou em rte inconstitucinal, ilegal ou contrário ao interesse público, véta-lo-á total parcialmente, dentro de 15 (quinze) dias úteis, contados daquele em que o re- ber e comunicará, dentro de 48(quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara motivos do veto.

§ 1º - Decorrido o prazo, o silêncio do Prefeito, será conside- do como sanção , sendo obrigatória a sua imediata promulgação pelo Presidente Câmara, dentro de 48 (quarenta e oito)horas, caso contrário o Vice-Presidente promulgará.

§ 2º - Comunicado o veto ao Presidente da Câmara, este tomará as ovidencias cabíveis para, ouvidas as Comissões competentes e dentro do prazo gimental, incluí-lo em discussão e votação, Considerando-se mantido, o veto e não obtiver o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3º - Se o veto não for apreciado no prazo de 30(trinta)dias do u recebimento, será incluído na pauta da primeira sessão ordinária subsequente ra discussão e votação.

§ 4º - O veto do Prefeito, considerado matéria prioritária, será do em qualquer fase da sessão, tão logo chegue a Câmara;

§ 5º - Se as Comissões não se pronunciarem no prazo regimental Presidência da Câmara incluirá a proposição na pauta da Ordem do Dia, indepen- nte de parecer;

Artigo 242º - Rejeitado o veto, as disposições aprovadas serão omulgadas pelo Prefeito, dentro de 48 (quarenta e oito) horas do seu recebi- nto.

Parágrafo único - Se o Prefeito não promulgar as disposições rovadas no prazo do "caput" deste artigo, em igual prazo o fará o Presidente Câmara, e se este não fizer, caberá ao Vice-Presidente.

Artigo 243º - Os Decretos Legislativos e as Resoluções serão pro- lgadas pelo Presidente da Câmara e enviados à publicação dentro do prazo má- mo e improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data de sua aprovação em Ple- rio, ressalvadas as exceções regimentais

CAPÍTULO II
DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS E COMPARECIMENTO DO PREFEITO

Artigo 244º - Os Secretários Municipais poderão ser convocados ela Câmara, para prestar informações sobre suas administrações.

§ 1º - O requerimento deverá ser escrito e indicar com precisão objeto da convocação, ficando sujeito à deliberação do Plenário.

§ 2º - Aprovada a convocação, nos termos do parágrafo anterior o esidente entender-se-á com o Prefeito ou secretario designado a fim de fixar dia e hora para seu comrecimento, dando-lhe ao mesmo tempo, ciência da matéria sobre que versará a terpelação.

Artigo 245º - Quando desejar comparecer à Câmara e às Comissões Prefeito, os Secretários e as demais autoridades para prestarem esclarecimens, a Mesa designará o dia e a hora de sua recepção.

Artigo 246º - As autoridades mencionadas no Artigo 244, poderão zer-se acompanhar de técnicos que julgar convenientes para prestar os esclaremantos que se fizerem necessários.

Artigo 247º - Na sessão ou reunião a que comparecerem, as autocades farão inicialmente por si ou por intermédio de técnicos, uma exposição objeto de seu comparecimento, respondendo a seguir, às interpelações de qualer Vereador.

Artigo 248º - Durante a sua exposição ou respostas às interpelaes que lhe forem feitas, bem como o Vereador ao enunciar as suas perguntas, o poderão desviar-se do objeto da convocação e não sofrerão apartes.

Artigo 249º - As autoridades que comparecerem à Câmara, ficarão jeitas às normas deste Regimento.

CAPÍTULO III
DO SUBSÍDIO E DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Artigo 250º - Os subsídios e a verba de representação do Prefeie Vice-Prefeito, serão fixados nos termos e critérios da ~~legislação superior~~ LEI Orgânica do Município.

CAPÍTULO VI
DAS LICENÇAS E CASSAÇÃO DE MANDATO DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Artigo 251º - Para concessão de licenças e para a cassação de ndato do Prefeito e Vice-Prefeito, aplicar-se-á o disposto na legislação superior pertinente.

TÍTULO XI
DA POLÍCIA INTERNA

Artigo 252º - O policiamento do edifício da Câmara, externa e nternamente, compete privativamente, ao Presidente.

Parágrafo Único - O policiamento poderá ser feito por investigares da Polícia, elementos da Polícia Militar ou outros elementos requisitados Secretaria da Segurança Pública do Estado e postos à disposição da Câmara.

Artigo 253º - O corpo de policiamento cuidará também de que as ibunas reservadas para convidados especiais, bem como da imprensa escrita ou lada ou televisionada, credenciados pela Mesa para o exercício de sua profis- o junto à Câmara, não sejam ocupadas por outras pessoas, se assim o determinar Presidente.

Artigo 254º - No recinto do Plenário e em outras dependências da mara, reservadas a critério da Mesa, só serão admitidos Vereadores e funcioná- os da Secretaria, estes quando em serviço.

Artigo 255º - Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câ- ra, na parte do recinto que lhe é reservada, desde que:

I - apresente-se decentemente trajado:

II - não porte armas;

III - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Ple- rio;

IV - atenda às determinações da Presidência;

V - não interpele aos Vereadores.

§ 1º - Pela inobservância desses deveres, poderão os assistentes rem obrigados pela Presidência, a retirar-se imediatamente do recinto, sem ejuízo de outras medidas.

§ 2º - O Presidente poderá determinar a retirada de todos os as- stentes, se a medida for julgada necessária.

§ 3º - Se, no recinto da Câmara, for cometida qualquer infração nal, o Presidente fará a prisão em flagrante, apresentado o infrator à autori- de competente, para lavratura do auto e instauração do processo crime corres- ndente; se não houver flagrante, o Presidente deverá comunicar o fato à auto- dade policial competente, para instauração da Inquérito.

§ 4º - Poderá o Presidente mandar prender em flagrante, qualquer ssoa que perturbar a ordem dos trabalhos ou que desacatar a Câmara ou qualquer seus membros.

Artigo 256º - Cada jornal e emissora solicitará à Presidência o edenciamento de representantes, em número não superior a 02 (dois) de cada ór- o para os trabalhos correspondentes à cobertura jornalística ou radialística.

Parágrafo único - O credenciamento fornecido pelo Presidente, rá sempre a título precário, podendo ser cassado a qualquer tempo, independen- mente da manifestação do Plenário.

TÍTULO XII
DA ADMINISTRAÇÃO

SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 257º - Os serviços administrativos da Câmara far-se-ão través de sua Secretaria e reger-se-ão pelo respectivo regulamento.

Parágrafo único - Caberá à Mesa superintender os referidos rviços, fazendo observar os regulamentos.

Artigo 258º - Todos os serviços da Câmara, que integram a Secre- ria Administrativa, serão criados, modificados ou extintos por resolução; a iação ou extinção de seu cargos, bem como a fixação de seus respectivos venci- entos, serão por Resolução, de iniciativa privada da Mesa.

Parágrafo único - Os servidores da Câmara ficam sujeitos ao mes- regime jurídico dos servidores da Prefeitura Municipal.

Artigo 259º - Poderão os Vereadores interpelar a Presidência so-
re os serviços da Secretaria Administrativa ou sobre a situação do respectivo
essoal, ou ainda, apresentar sugestões sobre os mesmos, através de proposição
ndamentada.

Parágrafo único - Depois de devidamente informada por escrito, a
nterpelação será encaminhada ao Vereador interessado para conhecimento, caben-
o, no caso de julgar que houve omissão, negligência ou exorbitância por parte
a Mesa, tomar as providências previstas por este Regimento.

Artigo 260º - A correspondência oficial da Câmara será elaborada
ela Secretaria Administrativa, sob a responsabilidade da Presidência.

SECÇÃO II
DOS ATOS E PORTARIAS

Artigo 261º - Os atos administrativos, de competência da Mesa e
a Presidência, serão expedidos com observância das seguintes normas:

I - DA MESA

1 - Por ato, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) - elaboração e expedição da discriminação analítica das dota-
ões orçamentárias da Câmara, bem como alterações quando necessárias;

b) - suplementação das dotações do orçamento da Câmara, obser-
ando o limite da autorização constante da lei orçamentária, desde que os recur-
os para sua cobertura sejam provenientes da anulação total ou parcial de suas
otações orçamentárias;

c) - outros casos como tais definidos em lei ou resolução.

II - DO PRESIDENTE

1 - Por ato, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) - regulamentação dos serviços administrativos;

b) - nomeação de Comissões Especiais, Especiais de Inquérito e
e Representação;

c) - assuntos de caráter financeiro;

d) - designação de substitutos nas Comissões;

e) - outros casos de competência da Presidência e que não este-
am enquadrados como portaria.

III - DAS PORTARIAS

1 - Por Portaria, nos seguintes casos:

a) - proveniente de vacância nos cargos da Secretaria Administra-
iva e demais atos de efeitos individuais;

b) - autorização para contrato e dispensa de servidores admiti-
os em serviços de caráter temporário ou contratados para funções de natureza
écnica especializada, sob o regime de Legislação Trabalhista ou outro a ser fi-
ado em Legislação Federal;

c) - abertura de sindicância e processo administrativo, aplica-
ão de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;

d) - outros casos determinados em lei ou resolução.

Parágrafo Único - A numeração de atos da Mesa e da Presidência,
em como das Portarias, obedecerá ao período de legislatura.

Artigo 262º - As determinações do Presidente aos servidores da
âmara serão expedidas pro meio de instruções, observado o critério do parágrafo
nico do artigo anterior.

SECÇÃO III
DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Artigo 263º - A Secretaria Administrativa, mediante autorização pressa do Presidente, fornecerá a qualquer munícipe que tenha legítimo inte- sse, no prazo de 15 (quinze) dias, certidões de atos, contratos e decisões, b pena de responsabilidade da autoriade ou servidor que negar ou retardar a a expedição. No mesmo prazo, deverá atender às requesições judiciais, se outro lo for fixado pelo Juiz.

Artigo 264º - A Secretaria Administrativa terá os livros e fi- as necessárias ao seu serviço e especialmente os de:

- I - termo de compromisso e posse do Prefeito, Vice-Prefeito, readores e da Mesa;
- II - declaração de bens;
- III - atas das sessões, de leis, decretos da Câmara e das reu- ões das Comissões;
- IV - registros de leis, decretos legislativos, resoluções, os da Mesa e da Presidência, portaria e instruções;
- V - cópia de correspondência oficial;
- VI - protocolo, registro e índice de papéis livros e processos uivados;
- VII - protocolo, registro e índice de proposições em andamento rquivadas;
- VIII - licitações e contratos para obras e serviços;
- IX - contrato de serviços;
- X - termo de compromisso e posse de funcionários;
- XI - contratos em geral;
- XII - contabilidade e Finanças;
- XIII - cadastramento dos Bens móveis.

Parágrafo único - Os livros serão abertos, rubricados e encerra- os pelo Presidente da Câmara, ou por funcionários designado para tal fim.

TíTULO XIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPíTULO I
DOS VISITANTES

Artigo 265º - Os visitantes oficiais, nos dias de sessão, serão ecebidos e introduzidos no Plenário, por uma Comissão de Vereadores, designada elo Presidente e terão assento à Mesa ou Tribuna de Honra, a critério do Presi- ente.

§ 1º - A saudação oficial ao visitante, será feita em nome da âmara, por Vereador que o Presidente designar para esse fim.

§ 2º - Os visitantes oficiais poderão discursar a convite da residência.

CAPíTULO II
DISPOSIÇÕES TRANSITóRIAS

Artigo 266º - Todos as proposições, apresentadas em obediência s disposições regimentais, terão tramitação normal, enquadrando-se no que for ossível, às disposições regimentais do presente Regimento Interno.

Artigo 267º - Os casos omissos ou as dúvidas que, eventualmente urjam quanto à tramitação a ser dada a qualquer processo, serão submetidos na sfera administrativa por escrito e com as sugestões julgadas convenientes, à ecisão do Presidente da Câmara, que firmará o critério a ser adotado e aplicado m casos análogos.

Artigo 268º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 12 de outubro de 1990